

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA
RNI NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A.**

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
26 DE ABRIL DE 2022**

RNI NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 67.010.660/0001-24

NIRE 35.300.335.210

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – 26.04.2022

ÍNDICE:

Assembleia Geral Ordinária:

<i>Anexo I - Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia</i>	<i>9</i>
<i>Anexo II- Proposta de Destinação do Lucro Líquido</i>	<i>40</i>
<i>Anexo III- Comentários dos Administradores</i>	<i>45</i>
<i>Anexo IV - Informações sobre candidatos a membros do Conselho Fiscal e Do Conselho de Administração da Companhia indicados pela administração ou acionistas controladores</i>	<i>72</i>

Senhores Acionistas:

Em atenção ao disposto na Instrução nº 481 da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), de 17 de dezembro de 2009 (“ICVM 481”), conforme alterada, apresentamos a seguir a PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO da **RNI NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A.** (“Companhia”) (“Proposta”), contendo as informações e documentos relacionados aos assuntos a serem deliberados na Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) da Companhia, a ser realizada no dia 26 de abril de 2022, às 10:30 horas na sede da Companhia, localizada na Cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Francisco das Chagas de Oliveira, 2500, Higienópolis, CEP 15.085-485.

Ainda em observância ao estabelecido pela Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada, a RNI Negócios Imobiliários S.A., disponibilizará o sistema de votação a distância. As orientações para exercício do voto por meio do boletim de voto a distância encontram-se detalhadas no presente documento.

A AGO terá a seguinte ordem do dia:

- (i) Examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes;
- (ii) Deliberar sobre a Proposta de orçamento de capital da Companhia para o exercício social de 2022;
- (iii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021;
- (iv) Fixar a remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2022; e
- (v) Deliberar sobre a manutenção do Conselho Fiscal da Companhia e eleição dos seus respectivos membros; e
- (vi) Fixar o número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato e eleger os membros do Conselho de Administração.

A participação dos acionistas poderá ser pessoal, por procurador devidamente constituído ou por meio de envio de boletim de voto a distância, nos termos da Instrução CVM 481.

Para fins de participação do acionista, será exigida a apresentação dos seguintes documentos, em sua via original ou cópia autenticada: Excepcionalmente, em decorrência da pandemia do COVID-19, os documentos abaixo exigidos poderão ser protocolados digitalmente através do envio para o endereço eletrônico ri@rni.com.br, observado o quanto abaixo disposto.

PARA PESSOAS FÍSICAS:

- documento de identidade com foto do acionista ou, se for o caso, documento de identidade com foto de seu procurador e a respectiva procuração.

PARA PESSOAS JURÍDICAS:

- último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista.
- documento de identidade com foto do representante legal.

PARA FUNDOS DE INVESTIMENTO:

- último regulamento consolidado do fundo.
- estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação.
- documento de identidade com foto do representante legal.

NOTA: A Companhia exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua estrangeira.

ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO PESSOAL

Aos acionistas que desejarem participar pessoalmente da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, pedimos a gentileza de comparecerem na sede da Companhia, localizada na Cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Francisco das Chagas de Oliveira, 2500, Higienópolis, CEP 15.085-485, portando os documentos mencionados acima.

ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO MEDIANTE O ENVIO DE BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

A Companhia disponibilizará o sistema de votação a distância estabelecido pelo artigo 21- A da Instrução CVM 481. Nesse sentido, os acionistas poderão encaminhar, a partir desta data, suas instruções de voto em relação às matérias da AGO:

- (i) por instruções de preenchimento transmitidas para os seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central;
- (ii) por instruções de preenchimento transmitidas para o escriturador das ações de emissão da Companhia, Banco Bradesco S.A., no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador; e
- (iii) por boletim de voto a distância enviado diretamente à Companhia.

Caso haja divergência entre eventual boletim de voto a distância recebido diretamente pela Companhia e instrução de voto contida no mapa consolidado de votação enviado pelo escriturador com relação a um mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ, a instrução de voto contida no mapa de votação do escriturador prevalecerá, devendo o boletim recebido diretamente pela Companhia ser desconsiderado.

Durante o prazo de votação, o acionista poderá alterar suas instruções de voto quantas vezes entender necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada.

Uma vez encerrado o prazo de votação, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas. Caso o acionista julgue que a alteração seja necessária, esse deverá participar pessoalmente da AGO, portando os

documentos exigidos conforme o quadro acima, e solicitar que as instruções de voto enviadas via boletim sejam desconsideradas.

EXERCÍCIO POR PRESTADORES DE SERVIÇOS – SISTEMA DE VOTO A DISTÂNCIA

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia, observadas as regras por esses determinadas.

Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia ou com o escriturador e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal.

Os agentes de custódia encaminharão as manifestações de voto por eles recebidas à Central Depositária da B3S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, que, por sua vez, gerará um mapa de votação a ser enviado ao escriturador da Companhia.

Nos termos da Instrução CVM nº 481, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia ou para o escriturador em até 7 dias antes da data de realização da AGO, ou seja, até 18/04/2022 (inclusive), salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia ou pelo escriturador.

Vale notar que, conforme determinado pela Instrução CVM nº 481, a Central Depositária da B3S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

Adicionalmente, o escriturador, também em linha com a Instrução CVM nº 481, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

ENVIO DO BOLETIM PELO ACIONISTA DIRETAMENTE À COMPANHIA

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos na sede da Companhia, localizada na Cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Francisco das Chagas de Oliveira, 2500, Higienópolis, CEP 15.085-485, aos cuidados da Diretoria Jurídica: (i) via física do (Boletim de Voto) devidamente preenchido, rubricado e assinado; e (ii) cópia autenticada dos documentos descritos na presente Proposta de Administração, conforme o caso.

O acionista pode também, se preferir, enviar as vias digitalizadas dos documentos referidos em (i) e (ii) acima para o endereço eletrônico ri@rni.com.br até o dia 18/04/2022, conforme orientações supra.

Uma vez recebidos os documentos referidos em (i) e (ii) acima, a Companhia avisará ao acionista acerca de seu recebimento e de sua aceitação ou não, nos termos da Instrução CVM nº 481.

Caso o boletim de voto seja eventualmente encaminhado diretamente à Companhia, e não esteja integralmente preenchido ou não venha acompanhado dos documentos comprobatórios descritos no item (ii) acima, este será desconsiderado e tal informação será enviada ao acionista por meio do endereço de e-mail indicado no boletim de voto.

Os documentos referidos em (i) e (ii) acima deverão ser protocolados na Companhia em até 3 dias antes da data da AGO.

Eventuais boletins de voto recepcionados pela Companhia após essa data também serão desconsiderados.

ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO POR MEIO DE PROCURADOR | PROCURAÇÃO FÍSICA

As procurações devem ser outorgadas da forma tradicional, por instrumento físico. O acionista pessoa física poderá ser representado, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das S.A., por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja (i) acionista, (ii) advogado, (iii) instituição financeira ou (iv) administrador da Companhia.

Apresentaremos a seguir a PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO da Companhia com relação a cada um dos itens da ordem do dia da AGO.

APRECIÇÃO DAS CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, foram publicados no dia 09 de março de 2022 no jornal jornal “O Estado de São Paulo”, enviados à CVM e colocados à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia e no seu website – www.ri.rni.com.br em 09 de março de 2022.

Os comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia exigido pelo Art. 9º, parágrafo único, inciso III, da ICVM nº 481/09 constam do Anexo I à presente proposta.

I.DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

Tendo em vista que a Companhia **apurou lucro líquido de R\$ 8.465.812,40 no exercício de 2021**, a proposta de destinação dos resultados do exercício foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 09 de março de 2022, que recomendou a destinação de 30% do lucro líquido da Companhia, após dedução da reserva legal, para pagamento de dividendos a todos os acionistas, sendo este percentual acima do percentual mínimo previsto no Art. 34, “d” do Estatuto Social da Companhia e no Art. 202 da Lei nº 6.404/76.

As informações sobre a destinação do lucro líquido consoante os termos do Art. 9, parágrafo único, inciso II, da Instrução CVM nº 481/09, conforme alterada, constam do Anexo II à presente proposta.

II.FIXAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Para o exercício de 2022, a administração da Companhia propõe o montante global de até **R\$ 4.214.000,00 (quatro milhões, duzentos e quatorze mil reais)** para a remuneração de seus administradores. A administração destaca que a variação em relação ao ano de 2021 deve-se à inclusão do valor de remuneração variável decorrente de participação nos resultados.

O valor global da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício de 2021 aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 23 de abril de 2021 foi de R\$ 3.246.845,00 (três milhões, duzentos e quarenta e seis mil, oitocentos e quarenta e cinco reais), e o valor efetivamente pago aos administradores a título de remuneração no referido exercício foi de R\$ 2.563.000,00 (dois milhões, quinhentos e sessenta e três mil reais).

As informações sobre a remuneração dos administradores exigidas pelo Art. 12, inciso II, da Instrução CVM nº 481/09, conforme alterada, constam do Anexo III à presente proposta.

III.INFORMAÇÕES SOBRE CANDIDATOS A MEMBROS DO CONSELHO FISCAL E DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA INDICADOS OU APOIADOS PELA ADMINISTRAÇÃO OU ACIONISTAS CONTROLADORES

A administração da Companhia propõe a manutenção do Conselho Fiscal da Companhia até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, com a reeleição dos seguintes membros:

- (a) Indicados pelos acionistas majoritários:
 - Roberto Lopes de Souza Junior (efetivo);
 - Ronaldo Angelo Pessetti (suplente);
 - Marco Antônio Bacchi da Silva (efetivo); e
 - Marcel Pinheiro Orlandini (suplente).
- (b) Indicados pelos acionistas minoritários (votação em separado):
 - Gustavo Adolfo Traub (efetivo); e
 - Guilherme Henrique Traub (suplente).

A administração da Companhia propõe a manutenção do número de conselheiros (7 membros), com a reeleição dos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023:

(a) Indicados pelos acionistas majoritários:

- Waldemar Verdi Junior
- Milton Jorge de Miranda Hage
- Giuliano Finimundi Verdi

(b) Indicados pelo critério de independência:

- Alcides Lopes Tápias
- Maílson Ferreira da Nóbrega
- Roberto Oliveira de Lima
- Anthony Dias dos Santos

Os membros acima indicados para ocuparem cargos no Conselho de Administração da Companhia estão aderentes aos requisitos exigidos na “Política de Indicação, Avaliação de Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitês e Diretoria”, da Companhia, disponível para consulta no site da CVM (www.cvm.com.br) no website da Companhia (ri.rni.com.br).

As informações exigidas pelo Art. 10 da Instrução CVM nº 481/09 sobre os candidatos a membros do Conselho Fiscal constam do Anexo IV à presente proposta.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

CARLOS BIANCONI

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

RNI NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 67.010.660/0001-24

NIRE 35.300.335.210

ANEXO I - COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

(ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

10.1. Comentários dos Diretores sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Após anos com a alavancagem financeira em patamares baixos, os índices de alavancagem da Companhia devem começar a refletir o novo ciclo de negócios, visto que ano a ano o volume de VGV lançado tem demonstrado crescimento. É importante reiterar ainda que esta alavancagem é substancialmente composta por dívidas de produção (72% do total), isto é, exclusivamente para financiar a construção de unidades habitacionais. O indicador Dívida Líquida (Ex-Dívida Produção) sobre Patrimônio Líquido em 2021 foi de 13,9%.

A Direção da Companhia acredita que a condição financeira e patrimonial permite a continuidade dos negócios, apresentando resultados suficientes para operacionalizar suas atividades, assim como cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo.

O atual capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências e os seus recursos de caixa, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 (doze) meses. Entretanto, tal afirmação não nos impede de buscar oportunidades no mercado sensibilizando a eventual necessidade de caixa para médio ou longo prazo.

Em 2021 houve consumo de caixa na ordem de R\$113,3 milhões (medida pela variação da dívida líquida), a qual se compara com consumo de caixa de R\$62 milhões em 2020 e R\$70 milhões em 2019. Após os R\$761 milhões lançados em 2021 e o forte volume de lançamentos no segmento PCVA em ritmo forte, a expectativa é de geração de caixa para o próximo ano.

Indicadores de Liquidez	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
(a) Ativo Circulante	949.308	596.038	598.401
(b) Ativo não Circulante	987.582	983.791	848.137
(c) Passivo Circulante	467.976	302.088	190.612
(d) Passivo não Circulante	830.790	652.269	632.337
(e) Imóveis a Comercializar	824.760	641.053	542.217
Liquidez Corrente (a/c)	203%	197%	314%
Liquidez Geral ((a+b)/[c+d])	149%	166%	176%
Liquidez Seca ([a-e]/c)	27%	-15%	29%

b) estrutura de capital

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta hoje níveis de alavancagem condizentes com a operação e o momento econômico da Companhia.

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2021 era de R\$638.124 mil, versus R\$625.472 mil no mesmo período de 2020 e R\$623.589 mil em 2019. A variação do patrimônio líquido deve, basicamente, ao resultado reconhecido no período deduzido as distribuições de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía uma posição de caixa de R\$61 milhões. Na mesma data, a dívida líquida totalizava R\$468 milhões e o índice dívida líquida sobre patrimônio líquido (incluindo as participações minoritárias) era de 73%. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía uma posição de caixa de R\$68 milhões. Na mesma data, a dívida líquida totalizava R\$354 milhões e o índice dívida líquida sobre patrimônio líquido (incluindo as participações minoritárias) era de 56,6%. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tinha uma posição de caixa de R\$109 milhões. Na mesma data, a dívida líquida totalizava R\$295 milhões e o índice dívida líquida sobre patrimônio líquido (incluindo as participações minoritárias) era de 47,3%.

A dívida bruta ao final de 2021 de R\$529 milhões era composta por R\$379 milhões de financiamento de projetos e R\$150 milhões por dívida corporativa. No final de 2020 a dívida bruta era de R\$422 milhões composta por R\$309 milhões de financiamento de projetos e R\$113 milhões por dívida corporativa. No final de 2019 a dívida bruta era de R\$ 405 milhões composta por R\$358 milhões de financiamento de projetos e R\$47,5 milhões por dívida corporativa.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos*

A maior necessidade de recursos da Companhia deve-se a: (i) gastos com aquisição de áreas; (ii) incorporação imobiliária das unidades vendidas; (iii) custos relativos à prestação de serviços de construção a terceiros; e (iv) impostos indiretos relacionados às suas atividades operacionais, tais como PIS e COFINS.

A principal fonte de recursos da Companhia é o caixa gerado por meio de financiamentos e pelas suas operações, neste último caso, representado pelo produto da venda dos imóveis e lotes comercializados pela Companhia.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No curso de suas atividades, a Companhia capta recursos junto a instituições financeiras, preferencialmente através do Sistema Financeiro Habitacional ("SFH") e Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), que oferece taxas de juros mais baixas em relação ao mercado bancário comum, e opções de pagamento desses empréstimos com a cessão dos recebíveis de clientes originados em suas operações. As operações de crédito da Companhia são geralmente

garantidas por hipoteca sobre os imóveis que estão sendo incorporados e penhor ou cessão fiduciária dos recebíveis e do produto da venda dos imóveis da Companhia.

Os créditos imobiliários são garantidos por hipoteca dos respectivos imóveis em moeda nacional, sendo captados na modalidade de financiamento do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, destinados para financiar a construção dos imóveis, estando sujeitos a taxas juros anuais conforme demonstrados conforme quadro abaixo, e com vencimento até 2029.

Além do financiamento junto ao SFH, SFI e das CCB imobiliária ("CCBI") de produção a Companhia ao longo de 2021 captou dívida corporativa via emissões de CCB.

Dívida produção	Taxa de juros	Saldo devedor	
		2021	2020
Plano Empresário	8,30%+ TR	84.414	54.182
Plano Empresário	9,15%+ TR	-	44.154
Plano Empresário	8,90%+ TR	32.236	-
Plano Empresário	9,20%+ TR	-	14.651
Plano Empresário	9,30%+ TR	21.328	-
Plano Empresário	3,5% + 100% do CE	11.490	-
Plano Empresário	182% do CDI	1.218	-
Cedula de Crédito Bancário	14,85%	-	391
Certificado de Recebíveis Imobiliários	CDI+ 2,00%	41.233	52.129
Certificado de Recebíveis Imobiliários	CDI+ 1,70%	78.051	90.214
Cedula de Crédito Bancário	115% do CDI	-	2.041
Cedula de Crédito Bancário	CDI+ 1,50%	-	5.057
Cedula de Crédito Bancário	CDI+ 1,40%	3.765	7.504
Cedula de Crédito Bancário	CDI+ 2,57%	14.023	14.021
Cedula de Crédito Bancário	CDI+ 2,92%	20.170	-
Cedula de Crédito Bancário	CDI+ 3,41%	11.103	-
Cedula de Crédito Bancário	CDI+ 2,81%	13.523	13.506
Cedula de Crédito Bancário	CDI+ 2,75%	6.006	6.002
Cedula de Crédito Bancário	CDI+ 2,99%	2.003	-
Cedula de Crédito Bancário	CDI+ 2,00%	5.008	-
Cedula de Crédito Bancário	CDI+ 3,13%	2.008	-
Cedula de Crédito Bancário	CDI+ 3,10%	4.002	-
Cedula de Crédito Bancário	CDI+ 2,90%	5.198	5.001
Cedula de Crédito Bancário	CDI+ 3,07%	6.010	-
Cedula de Crédito Bancário	CDI+ 3,05%	6.002	-
Cedula de Crédito Bancário	CDI+ 3,08%	10.017	-
		378.808	308.853

Em 31 de dezembro de 2021, o endividamento total da Companhia decorrente de tais instrumentos correspondia a R\$378.080 mil.

A Companhia não tem exposição a contratos de derivativos, nem qualquer exposição a risco cambial.

A Diretoria acredita que as mesmas fontes de financiamento poderão ser utilizadas no futuro para o seu capital de giro e eventualmente para cobertura de deficiências de liquidez.

Apesar de não significativa, a necessidade de investimentos em ativos não circulantes, exceto investimentos em empreendimentos, é financiada pela própria geração de caixa ou utilização de fontes de financiamento de longo prazo.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Administração acredita que a geração de caixa operacional da Companhia é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e passivo circulante. Havendo eventuais descasamentos das disponibilidades com os montantes vencidos no curto prazo, a Companhia conta com linhas de crédito nos principais bancos comerciais de primeira linha atuantes no país.

A Companhia não apresenta investimentos relevantes em ativos não circulantes, não havendo necessidade de capital de giro para tal finalidade.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo: i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; iii) grau de subordinação entre as dívidas; iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições

Valores em R\$Mil	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>
Crédito Imobiliário	109.554	118.989	150.686
CCBI/CRI de Produção	83.653	47.520	108.839
CRI de Produção	164.646	142.343	119.283
CCBI Corporativa	-	54.521	50.053
Capital de Giro	47.160	58.549	99.816
Dívida Bruta	<u>405.013</u>	<u>421.922</u>	<u>528.677</u>
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(109.886)	(67.677)	(61.088)
Dívida Líquida	<u>295.127</u>	<u>354.245</u>	<u>467.589</u>

Em 31 de dezembro de 2021, o índice de dívida líquida sobre patrimônio líquido era de 73%, aumento de 16,4p.p em relação aos 56,6, de 31 de dezembro de 2020. Excluindo a dívida de produção este indicador fica de 7,3% em 31 de dezembro de 2020 para 13,9% em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2020, o índice de dívida líquida sobre patrimônio líquido era de 56,6%, aumento de 9,3p.p em relação aos 47,3%, de 31 de dezembro de 2019. Excluindo a dívida de produção este indicador fica de -10,0% em 31 de dezembro de 2019 para 7,3% em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2019, o índice de dívida líquida sobre patrimônio líquido era de 47,3%, aumento de 11,4p.p em relação aos 36,0%, de 31 de dezembro de 2018. Excluindo a dívida de produção este indicador cai de -1,8% em 31 de dezembro de 2018 para -10,0% em 31 de dezembro de 2019.

A Direção da empresa entende que o nível de endividamento da Companhia está compatível com as práticas do setor imobiliário.

CONTRATOS FINANCEIROS

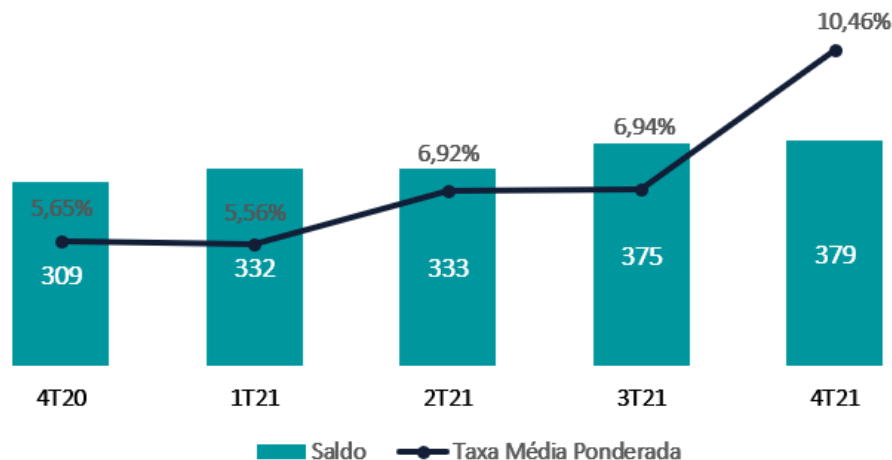
Estão descritos abaixo os principais contratos financeiros celebrados pela Companhia que estão em vigor na data base de 31 de dezembro de 2021.

Saldo Devedor (em R\$ mil)	Em 31 de dezembro de							
	2019	%	2020	%	2021	%	2020/2019	2021/2020
Curto Prazo	93.208	23%	143.363	34%	84.766	16%	54%	-41%
Longo Prazo	311.805	77%	278.560	66%	443.911	84%	-11%	59%
TOTAL	<u>405.013</u>	<u>100%</u>	<u>421.923</u>	<u>100%</u>	<u>528.677</u>	<u>100%</u>	<u>4%</u>	<u>25%</u>
	<u>405.013</u>	<u>100%</u>	<u>421.923</u>	<u>100%</u>	<u>528.677</u>	<u>100%</u>	<u>4%</u>	<u>25%</u>

A dívida da Companhia constitui-se de três modalidades de linhas de crédito conforme abaixo:

(i) Financiamentos à construção em moeda nacional no âmbito do SFH – Sistema Financeiro da Habitação, do SFI – Sistema Financeiro Imobiliário e CCB Imobiliária, com juros pré-fixados que variam de TR + 8,3% a 9,2% a.a.; CDI+1,4 a 3,41% a.a. O saldo devedor atingiu R\$378.808.

O gráfico abaixo apresenta a evolução do saldo da dívida de produção a sua taxa de juros média ponderada pela participação do saldo devedor de cada empreendimento na composição do total.



- (ii) Em 19 de maio de 2020 a Companhia e suas controladas Rodobens Incorporadora Imobiliária 306 – SPE Ltda., Rodobens Incorporadora Imobiliária 308 – SPE Ltda. e Rodobens Incorporadora Imobiliária 309 – SPE Ltda. concluiu a captação de um CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários) denominado CRI 297/298 no montante de R\$39.321 com vencimento em 23 de abril de 2023, sendo a remuneração de 100% do CDI acrescidos de 3% a.a.

CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO

Em 9 de abril de 2020 a Companhia captou junto a instituição financeira uma Cédula de Crédito Imobiliário no montante de R\$50.000 com vencimento em 05 de abril de 2021, sendo a remuneração de 100% do CDI acrescidos de 3,9% a.a., em 17 de março de 2021 renegociamos esta operação prorrogando o vencimento desta para 07 de março de 2023 com a redução da remuneração para 100% do CDI acrescidos de 2,88% a.a.

NOTAS PROMISSÓRIAS COMERCIAIS

Em 14 de maio de 2021 a Companhia concluiu a captação de uma operação com Notas Promissórias Comerciais junto a instituição financeira no montante de R\$60.000 com vencimento em 14 de maio de 2024, sendo a remuneração de 100% do CDI acrescidos de 3,1% a.a.

Em 31 de Dezembro de 2021, a Companhia possuía a seguinte composição para os financiamentos:

Em 31 de Dezembro de	2021	
Valores em R\$ Mil	Saldo Desembolsado	Saldo a Desembolsar*
Dívida de Produção	378.808	346.389
CCB Imobiliária	50.053	-
Capital de Giro	99.816	-
Total	528.677	346.389

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras;

As demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de, 2021, 2020 e 2019 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil em observância as disposições contidas nas Leis das Sociedades por Ações, normas IFRS e nas normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

DISCUSSÃO E ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

<u>Demonstrações consolidadas dos resultados</u>	<u>Períodos findos em 31 de dezembro de</u>			<u>% Variação</u>	
	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020/2019</u>	<u>2021/2020</u>
Receita operacional bruta	401.790	470.668	633.742	17,1%	34,6%
Receita de incorporação e vendas imobiliárias	401.790	470.668	633.742	17,1%	34,6%
Devoluções da receita bruta	(70.713)	(145.325)	(149.075)	105,5%	2,6%
Impostos sobre Vendas	(11.309)	(8.578)	(11.267)	-24,1%	31,3%
Receita operacional líquida	319.768	316.765	473.400	-0,9%	49,4%
Custos operacionais	(235.688)	(249.893)	(355.530)	6,0%	42,3%
Custos de incorporação e vendas imobiliárias	(235.688)	(249.893)	(355.530)	6,0%	42,3%
	-73,7%	-78,9%	-75,1%		
Lucro bruto	84.080	66.872	117.870	-20,5%	76,3%
	26,3%	21,1%	24,9%		
Receitas (despesas) operacionais	(75.571)	(54.690)	(98.049)	-27,6%	79,3%
Despesas comerciais e com vendas	(28.634)	(32.052)	(58.667)	11,9%	83,0%
Despesas gerais e administrativas	(40.763)	(42.211)	(43.423)	3,6%	2,9%
Outras receitas operacionais	(12.872)	7.864	151	-161,1%	-98,1%
Resultado de equivalência patrimonial	6.698	11.709	3.890	74,8%	-66,8%
	-9,0%	-10,1%	-12,4%		
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	8.509	12.182	19.821	43,2%	62,7%
Resultado financeiro, líquido	1.595	1.265	8.922	-20,7%	605,3%
Resultado operacional antes de imposto de renda e contribuição social	10.104	13.447	28.743	33,1%	113,8%
Imposto de renda e contribuição social	(8.846)	(9.125)	(13.856)	3,2%	51,8%
Lucro antes das participações minoritárias	1.258	4.322	14.887	243,6%	244,4%
Participações de minoritários	351	(2.843)	(6.422)	-910,0%	125,9%
Lucro líquido do período	1.609	1.479	8.465	-8,1%	472,3%

Comparação Entre os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida cresceu 34,6% passando de R\$316.765 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$473.400 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Custos Operacionais

Os custos operacionais passou de R\$249.893 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$355.530 mil em 31 de dezembro de 2021.

Lucro Bruto

No ano de 2020, o lucro bruto da Companhia totalizou R\$66.872 mil vs. R\$117.870 mil apurados no ano de 2021. A margem bruta em 2020 foi de 21,1%, 3,8p.p. abaixo dos 24,9% reportados em 2021.

Receitas (Despesas) Operacionais

As despesas operacionais em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$54.690 mil vs. R\$98.049 mil em 31 de dezembro de 2021.

Despesas Comerciais e com Vendas

As despesas comerciais e com vendas atingiram R\$32.052 mil em 31 de dezembro de 2020 vs. R\$58.667 mil em 31 de dezembro de 2021, principalmente devido ao volume dos lançamentos que foram realizados ao longo do ano de 2021.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas totalizaram R\$42.211 mil em 31 de dezembro de 2020 vs. R\$43.423 mil em 31 de dezembro de 2021.

Equivalência Patrimonial

A Equivalência Patrimonial totalizou R\$11.709 mil no ano de 2020 vs. R\$3.890 mil em 2021.

Outras Receitas Operacionais, Líquidas

Outras Receitas Operacionais em 31 de dezembro de 2020 totalizou R\$7.864 mil vs. R\$151 mil em 2021.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido em 2020 foi de R\$1.265 mil, vs. R\$8.922 mil no ano de 2021.

Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia atingiu um resultado antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$13.447 mil no ano de 2020, vs. um lucro de R\$28.743 mil em 2021, crescimento de 113,8%.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa com imposto de renda e contribuição social foi de R\$9.125 mil no ano de 2020, vs. R\$13.856 mil no ano de 2021.

Resultado Líquido do Período

A Companhia obteve lucro líquido de R\$1.479 mil em 2020, vs. lucro líquido de R\$8.465 mil em 2021, crescimento de 472,3%.

Comparação Entre os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida passou de R\$319.768 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$316.765 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Custos Operacionais

Os custos operacionais passou de R\$235.688 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$249.893 mil em 31 de dezembro de 2020.

Lucro Bruto

No ano de 2019, o lucro bruto da Companhia totalizou R\$84.080 mil, vs. R\$66.872 mil apurados no ano de 2020. A margem bruta em 2019 foi de 26,3%, 5,2p.p. superior dos 21,1% reportados em 2020.

Receitas (Despesas) Operacionais

As despesas operacionais em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R\$75.571 mil, vs. R\$54.690 mil em 31 de dezembro de 2020.

Despesas Comerciais e com Vendas

As despesas comerciais e com vendas atingiram R\$28.634 mil em 31 de dezembro de 2019, vs. R\$32.052 mil em 31 de dezembro de 2020.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas totalizaram R\$40.763 mil em 31 de dezembro de 2019 vs. R\$42.211 mil em 31 de dezembro de 2020.

Equivalência Patrimonial

A Equivalência Patrimonial totalizou R\$6.698 mil no ano de 2019, vs. R\$11.709 mil em 2020.

Outras Receitas Operacionais, Líquidas

Outras Receitas Operacionais em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$-12.872 mil, vs. R\$7.864 mil em 2020.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro em 2019 foi uma receita de R\$1.595 mil, vs. R\$1.265 mil em 2020.

Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia atingiu um resultado antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$10.104 mil no ano de 2019, vs. R\$13.447 mil em 2020.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa com imposto de renda e contribuição social de R\$8.846 mil no ano de 2019, vs. R\$9.125 mil em 2020.

Resultado Líquido do Período

A Companhia obteve lucro líquido de R\$1.609 mil em 2019, vs. lucro líquido de R\$1.479 mil em 2020.

PRINCIPAIS VARIAÇÕES NAS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021, 2020 E 2019

Rodobens Negócios Imobiliários S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Ativo	2021	2020	2019	Passivo	2021	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	57.450	64.377	105.927	Fornecedores	48.476	25.681	17.665
Aplicações financeiras	-	-	-	Empréstimos e financiamentos	84.766	143.363	93.208
Instrumentos financeiros derivativos	-	8.938	-	Financiamento por arrendamento financeiro	-	-	-
Créditos perante clientes	335.802	265.325	230.490	Debêntures	-	-	-
Contas a receber por venda de terrenos	6.302	23.723	3.888	Obrigações sociais e trabalhistas	15.555	8.183	7.557
Imóveis a comercializar	476.413	192.857	227.669	Obrigações tributárias	5.781	4.059	2.716
Contas a receber por venda de cotas sociais	2.147	-	-	Recursos de parceiros	-	-	-
Créditos com terceiros	35.975	17.251	14.187	Contas a pagar por aquisição de imóveis	221.134	63.811	29.156
Despesas a repassar a SPEs	9.502	5.677	4.663	Impostos com recolhimento diferido	10.842	9.558	9.317
Despesas comerciais a apropriar	14.107	7.815	4.065	Provisão para garantia	6.147	6.737	6.480
Despesas antecipadas	2.934	2.920	3.076	Clientes coobrigação	-	-	-
Clientes coobrigação	-	-	-	Débitos com partes relacionadas	3.975	3.287	5.214
Dividendos a receber	-	-	27	Provisão para perdas em controladas	2.074	1.965	1.910
Outros créditos	8.676	7.155	4.409	Dividendos mínimos obrigatórios a pagar	2.010	351	382
Total do ativo circulante	949.308	596.038	598.401	Contas a pagar por aquisição de participações	-	-	-
				Adiantamento de clientes	48.450	20.061	5.741
				Outras contas a pagar	18.766	15.032	11.266
				Total do passivo circulante	467.976	302.088	190.612
Aplicações financeiras	3.638	3.300	3.959				
Créditos perante clientes	331.696	272.542	282.165	Impostos com recolhimento diferido	26.416	21.747	21.857
Contas a receber por venda de terrenos	135.290	93.233	94.168	Empréstimos e financiamentos	443.911	287.498	315.431
Contas receber por alienação cotas	52.681	56.598	-	Debêntures	-	-	-
Imóveis a comercializar	348.347	448.196	314.548	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	6.980	8.067	10.385
Depósitos judiciais	13.425	6.934	6.850	Contas a pagar por aquisição de imóveis	353.483	334.957	284.664
Créditos com terceiros	5.953	6.369	7.521	Contas a pagar por aquisição de participações	-	-	-
Créditos com partes relacionadas	3.279	2.340	2.773				
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	3.626	Total do passivo não circulante	830.790	652.269	632.337
Investimentos:							
Investimentos em controladas e controladas em conjunto	69.003	71.741	111.056	Patrimônio líquido			
Investimentos a valor justo	-	-	-	Capital social	512.438	512.438	512.438
Imobilizado	17.871	17.112	16.963	Reserva legal	27.717	27.294	27.220
Intangível	6.399	5.426	4.508	Retenção de lucros	99.831	93.869	92.815
Total do ativo não circulante	987.582	983.791	848.137	Ações em tesouraria	(15.876)	(15.876)	(15.876)
				Lucros acumulados	-	-	-
Total do ativo	1.936.890	1.579.829	1.446.538	Total do patrimônio líquido atribuível aos Controladores	624.110	617.725	616.597
				Total do passivo e patrimônio líquido			
				Participação de não controladores	14.014	7.747	6.992
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.936.890	1.579.829	1.446.538

Análise do balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

Ativo

Caixa e Aplicações Financeiras - Circulante e Não Circulante

A tabela abaixo descreve o caixa e as aplicações financeiras da Companhia, nas datas indicadas:

	<u>Consolidado</u>				
	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	2020 X 2019	2021 X 2020
Caixa e bancos	3.555	11.028	32.636	210,2%	195,9%
Aplicações financeiras	<u>102.372</u>	<u>53.349</u>	<u>24.814</u>	-47,9%	-53,5%
Total caixa e equivalentes de caixa	<u>105.927</u>	<u>64.377</u>	<u>57.450</u>	-39,2%	-10,8%
Aplicações financeiras compromissadas com garantias de ações judiciais	130	97	221	-25,4%	127,8%
Aplicações financeiras caucionadas (c).	-	-	-	n/a	n/a
Títulos negociados no mercado	3.829	3.203	3.417	-16,3%	6,7%
Total aplicações financeiras	<u>3.959</u>	<u>3.300</u>	<u>3.638</u>	-16,6%	10,2%
Total Caixa e Aplicação Financeira	<u>109.886</u>	<u>67.677</u>	<u>61.088</u>	-38,4%	-9,7%

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de caixa e aplicações financeiras totalizou R\$61.088 mil, uma redução de 9,7% em relação ao saldo de R\$67.677 mil em 31 de dezembro de 2020. Esta redução está atrelada ao crescimento da Companhia acompanhando o crescimento em volume de lançamentos.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de caixa e aplicações financeiras totalizou R\$67.677 mil, uma redução de 38% em relação ao saldo de R\$109.886 mil em 31 de dezembro de 2019.

Contas a Receber – Circulante e Não Circulante

A tabela abaixo descreve as contas a receber de clientes, nas datas indicadas:

	<u>Em 31 de dezembro de</u>				
	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020/2019</u>	<u>2021/2020</u>
Ativo Circulante	230.490	265.325	335.802	15,1%	26,6%
Ativo não circulante (Realizável a Longo Prazo)	<u>282.165</u>	<u>272.542</u>	<u>331.696</u>	-3,4%	21,7%
	<u>512.655</u>	<u>537.867</u>	<u>667.498</u>	4,9%	24,1%

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo a receber de clientes totalizou R\$667.498 mil, vs. R\$537.867 mil em 31 de dezembro de 2020, crescimento de 24,1%. O crescimento evidencia o maior volume de vendas líquidas.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo a receber de clientes totalizou R\$537.867 mil, vs. R\$512.655 mil em 31 de dezembro de 2019, crescimento de 4,9%. Esta variação resulta maior volume de vendas líquidas.

Contas a receber por venda de terrenos– Circulante e Não Circulante

Os saldos estão assim representados nas datas indicadas:

	Consolidado	
	2021	2020
Total ativo circulante	6.302	23.723
Total ativo não circulante	135.290	93.233
Total	141.592	116.956
Recebimentos por moeda corrente	-	20.696
Recebimentos por dação de unidades	12.000	12.000
Recebimentos por VGV	129.592	84.260
Total	141.592	116.956

Imóveis a Comercializar – Circulante e Não Circulante

O saldo de imóveis a comercializar estava assim composto, nas datas indicadas:

	Em 31 de dezembro de				
	2019	2020	2021	2020/2019	2021/2020
Imóveis Concluídos	47.614	19.536	4.092	-59,0%	-79,1%
Imóveis em Construção	106.390	109.922	206.430	3,3%	87,8%
Terrenos para futuras incorporações	73.665	63.399	265.891	-13,9%	319,4%
Total Ativo Circulante	227.669	192.857	476.413	-15,3%	147,0%
Terrenos para futuras incorporações	314.548	448.196	348.347	42,5%	-22,3%
Total Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo)	314.548	448.196	348.347	42,5%	-22,3%
Total Imóveis a comercializar	542.217	641.053	824.760	18,2%	28,7%

Em 31 de dezembro de 2021, a conta de imóveis a comercializar totalizou R\$824.760 mil, 28,7% acima dos R\$641.053 mil de 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, a conta de imóveis a comercializar totalizou R\$641.053 mil, 18,2% acima dos R\$542.217 mil de 31 de dezembro de 2019. O crescimento expressivo na linha de terrenos para futuras incorporações é reflexo da expansão do banco de terrenos da Companhia, direcionado para o crescimento operacional dos próximos anos.

Ativo Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo do ativo imobilizado totalizou R\$17.871 mil, comparados a R\$17.112 mil em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo do ativo imobilizado totalizou R\$17.112 mil, comparados a R\$16.963 mil em 31 de dezembro de 2019.

Passivo

Empréstimos e Financiamentos – Circulante e Não Circulante

Valores em R\$Mil	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>
Crédito Imobiliário	109.554	118.989	150.686
CCBI/CRI de Produção	83.653	47.520	108.839
CRI de Produção	164.646	142.343	119.283
CCBI Corporativa	-	54.521	50.053
Capital de Giro	47.160	58.549	99.816
Dívida Bruta	<u>405.013</u>	<u>421.922</u>	<u>528.677</u>
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(109.886)	(67.677)	(61.088)
Dívida Líquida	<u>295.127</u>	<u>354.245</u>	<u>467.589</u>

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos totalizaram R\$528.677 mil em relação aos R\$421.922 mil de 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, os empréstimos e financiamentos totalizaram R\$421.922 mil crescimento de 4% em relação aos R\$405.013 mil de 31 de dezembro de 2019.

Contas a Pagar por Aquisição de Imóveis – Circulante e Não Circulante

O saldo de contas a pagar por aquisição de terrenos aumentou de R\$398.768 em 31 de dezembro de 2020 para R\$574.617 em 31 de dezembro de 2021 devido a aquisição de novas áreas a serem lançadas. Do saldo dos compromissos assumidos na compra de terrenos demonstrados, 94% serão liquidados com o repasse de percentual do VGV dos respectivos empreendimentos, 1% serão liquidados em

moeda corrente nacional, conforme as condições constantes nos contratos de compra e venda; e 5% por dação de unidades.

O saldo de contas a pagar por aquisição de terrenos aumentou de R\$313.820 em 31 de dezembro de 2019 para R\$398.768 em 31 de dezembro de 2020 devido a aquisição de novas áreas a serem lançadas. Do saldo dos compromissos assumidos na compra de terrenos demonstrados, 85,5% serão liquidados com o repasse de percentual do VGV dos respectivos empreendimentos, 2,7% serão liquidados em moeda corrente nacional, conforme as condições constantes nos contratos de compra e venda; e 11,8% por dação de unidades.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido totalizou R\$638.124 mil em 31 de dezembro de 2021, crescimento de 2% em relação aos R\$625.472 mil em 31 de dezembro de 2020.

O patrimônio líquido totalizou R\$625.472 mil em 31 de dezembro de 2020, crescimento de 0,30% em relação aos R\$623.589 mil em 31 de dezembro de 2019.

Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2019	<u>623.589</u>
Proposta para destinação do lucro líquido:	
Dividendos adicionais aprovados	-
Reserva legal	
Dividendos intermediários distribuídos	-
Dividendos Propostos	- 351
Reserva para retenção de lucros	
Recompra de ações permanência em tesouraria	-
Opções sobre ações exercidas	
Vendas de ações em tesouraria	-
Mutuações de PL na participação de não controladores em investidas	- 1.847
Participação de não controladores	- 241
Lucro Líquido do Período	4.322
Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2020	<u>625.472</u>
Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2020	<u>625.472</u>
Proposta para destinação do lucro líquido:	
Dividendos adicionais aprovados	- 70
Reserva legal	
Dividendos intermediários distribuídos	-
Dividendos Propostos	- 2.010
Reserva para retenção de lucros	
Recompra de ações permanência em tesouraria	-
Opções sobre ações exercidas	-
Cancelamento de Ações	-
Mutuações de PL na participação de não controladores em investidas	227
Participação de não controladores	- 382
Lucro Líquido do Período	14.887
Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2021	<u>638.124</u>

Liquidez e Recursos de Capital

As principais fontes de liquidez da Companhia derivam do caixa gerado por suas operações e, da contratação de financiamentos imobiliários e empréstimos, que podem ser garantidos por terrenos ou contas a receber. O financiamento e o gerenciamento do fluxo de caixa da Companhia são cruciais em uma atividade de longo prazo como a da Companhia. A Companhia busca reduzir a exposição de caixa para cada empreendimento imobiliário com o uso das seguintes estratégias: (i) financiamento da totalidade ou de parte do preço de compra de terrenos, mediante outorga, ao vendedor do terreno, de certo número de Unidades a serem construídas no terreno ou de um percentual do produto da venda das Unidades no empreendimento imobiliário; e (ii) financiamento da construção com recursos do SFH/SFI e CCB Imobiliária. A Companhia acredita que as linhas crédito bancárias existentes, outras fontes de recursos e a geração de caixa de vendas e serviços são suficientes para cumprir os objetivos financeiros de curto prazo e cobrir as necessidades de capital.

A tabela abaixo demonstra a evolução dos clientes por incorporação de imóveis em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021:

	<u>Em 31 de dezembro de</u>				
	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020/2019</u>	<u>2021/2020</u>
<i>(em milhares R\$)</i>					
Contas a receber reconhecido nas demonstrações financeiras					
Circulante	230.490	265.325	335.802	15,1%	26,6%
Não circulante	<u>282.165</u>	<u>272.542</u>	<u>331.696</u>	-3,4%	21,7%
Total do contas a receber reconhecido	<u>512.655</u>	<u>537.867</u>	<u>667.498</u>	4,9%	24,1%
Receitas não reconhecidas ⁽¹⁾	<u>121.102</u>	<u>241.674</u>	<u>432.064</u>	99,6%	78,8%
Saldo total das contas a receber reconhecidas e não reconhecidas	<u>633.757</u>	<u>779.541</u>	<u>1.099.562</u>	23,0%	41,1%

⁽¹⁾ As práticas adotadas para apuração e registro dos valores nas contas clientes por incorporação seguem os procedimentos e as normas estabelecidas pela Resolução nº 963/03 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e Deliberação CVM nº 624/10. As receitas, custos e despesas relacionados aos empreendimentos imobiliários e loteamentos em construção são reconhecidos no decorrer do período de construção com base no custo incorrido em relação ao custo total do projeto, e não no momento da assinatura dos contratos para a venda de unidades ou do recebimento dos valores que correspondem à venda de unidades.

Nos contratos de venda a longo prazo, os créditos da Companhia perante clientes são, em sua maior parte, reajustados da seguinte forma: (i) incorporação até a entrega das chaves (durante a fase de construção), pelo INCC e pelo ICC, São Paulo e/ou Rio de Janeiro, (ii) incorporação após a concessão do Habite-se (pós-construção), à taxa de juros de 12,0% ao ano, acrescido de IGP-M ou IPCA, e (iii) loteamento a taxa de juros de 6,0% a 12,0% ao ano, acrescido de IGP-M ou IPCA.

FLUXO DE CAIXA

Os fluxos de caixa das atividades operacionais de investimento e de financiamento da Companhia nos anos de 2019, 2020 e 2021 estão descritos na tabela a seguir:

	Em 31 de dezembro de		
	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>
	<i>(em milhares R\$)</i>		
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(62.603)	(46.471)	(105.036)
Caixa líquido (consumido nas) gerado pelas atividades de investimentos	(4.654)	(11.732)	(733)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	82.580	16.653	98.842
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes a caixa	15.323	(41.550)	(6.927)

Em 2021, a Companhia apresentou redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa por conta das liberações de dívidas provenientes dos empreendimentos recém lançados e/ou com obras em andamento.

Em 2020, a Companhia apresentou redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa por conta das liberações de dívidas provenientes dos empreendimentos recém lançados e/ou com obras em andamento.

Em 2019, a Companhia apresentou redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa por conta das liberações de dívidas provenientes dos empreendimentos recém lançados e/ou com obras em andamento.

GARANTIAS

Os empréstimos da Companhia são, em geral, garantidos como segue:

- (i) Dívida corporativa: algumas CCBs são avalizadas pelo Controlador e algumas tem alienação fiduciária das cotas da SPEs;
- (ii) Crédito Imobiliário (financiamento a construção): são garantidos por hipotecas dos respectivos imóveis em moeda nacional.

10.2. Resultado Operacional Financeiro

Comentários dos Diretores sobre:

a) resultado das operações da Companhia, em especial: i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas da Companhia decorrem, principalmente da venda de unidades de seus empreendimentos de incorporação e loteamento.

A tabela abaixo apresenta a composição da receita operacional líquida da Companhia para os períodos indicados:

Valores em R\$Mil	2019	2020	2021
Receita da Incorporação Imobiliária	401.790	470.668	633.742
Deduções da receita	-82.022	-153.903	-160.342
Receita Operacional líquida	319.768	316.765	473.400

A Companhia apropria contabilmente a receita de incorporação e loteamento proporcionalmente ao desenvolvimento da construção do empreendimento, e registra tal valor como receita de operacional, de acordo com a Resolução CFC nº 963/03. Mesmo que a Companhia já tenha comercializado totalmente o empreendimento imobiliário, a operacional somente é registrada de acordo com o progresso financeiro do empreendimento. A atualização monetária e os juros sobre os saldos de contas em aberto a receber de clientes sobre Unidades em construção são classificadas como receita operacional, enquanto que sobre as Unidades concluídas e entregues são classificadas como resultado financeiro.

Os impostos incidentes sobre vendas compreendem os impostos PIS e COFINS. O registro contábil destes impostos tem como base de cálculo a própria receita operacional reconhecida. Como estes impostos são pagos observando-se os critérios estabelecidos pela legislação tributária vigente que no caso da Companhia, é o regime de caixa, as diferenças entre os impostos calculados pelo regime de competência e pelo regime de caixa são contabilizadas como impostos diferidos.

A **Receita líquida** totalizou R\$473.400 mil em 2021 *versus* R\$316.765 mil em 2020 e R\$319.768 mil em 2019.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas de vendas podem ser impactadas pela variação nos índices de inflação que corrigem os contratos de vendas; . Nos contratos de venda, os créditos perante clientes são, em sua maior parte, reajustados da seguinte forma: (i) incorporação até a entrega das chaves (durante a fase de construção), pelo INCC, (ii) incorporação após a concessão do Habite-se (pós-construção), à taxa de juros de 12,0% ao ano, acrescido de IGP-M ou IPCA e (iii) loteamento à taxa de juros de 6,0% a 12,0% ao ano, acrescido de IGP-M ou IPCA.

As variações de receita nos últimos três exercícios são relativas ao: (i) volume de lançamentos; (ii) volume de venda; (iii) evolução de obras dos empreendimentos lançados e (iv) distratos.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Quatro indexadores têm efeito significativo nos negócios da Companhia:

- INCC: Reajusta o saldo devedor dos clientes de incorporação até o término da obra, resguardando a Companhia da oscilação nos preços dos principais insumos necessários na construção de um empreendimento;
- IGPM: Reajusta o saldo devedor após o término da obra dos clientes de incorporação que financiaram seus imóveis diretamente com a RNI; e os saldos dos clientes de urbanismo;
- IPCA: Reajusta o saldo devedor dos clientes de urbanismo;
- TR: Reajusta as parcelas das linhas de financiamento à produção (SFH);
- CDI: Remunera as aplicações financeiras da Companhia e, por outro lado, remuneram os saldos de dívida que a Companhia possui,

Aumentos nas taxas de juros afetam o mercado imobiliário na medida em que reduzem a atividade econômica, o consumo e o investimento.

10.3. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Comentários dos Diretores sobre eventos relevantes abaixo que tenham causado ou se espera que venham a causar das demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

b.1) Aquisição de participação societária

Não aplicável.

b.2) Alienação de participação societária

Em 1º. de outubro de 2019, foi realizada a venda de 50,1% da participação societária da empresa Rodobens Incorporadora Imobiliária 396 - SPE Ltda., pelo valor de R\$ 849. Essa operação não gerou resultado na alienação.

Em 16 de setembro de 2020 o Conselho da Administração decidiu alienar 25% das cotas sociais da participação societária no Sistema Fácil Incorporadora Imobiliária Goiânia I SPE Ltda. à Rodobens Corporativa, empresa do mesmo grupo controlador, pelo montante de R\$56.530. O recebimento será em parcelas anuais iniciando em 31 de dezembro de 2021 e limitado a quitação até 31 de dezembro de 2039, corrigidas por 25% do CDI ao ano. A operação foi concretizada em 28 de setembro de 2020, gerando um ganho na alienação de R\$24.831 registrado na rubrica Outras receitas e despesas operacionais, líquidas. Em 30 de setembro de 2020 o saldo da operação está registrado na rubrica Contas a receber por alienação cotas da Companhia no montante de R\$56.530.

c) eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais.

10.4. Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Comentários dos Diretores sobre:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil em observância as disposições contidas nas Leis das Sociedades por Ações, normas IFRS e nas normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Companhia adotou todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC, aplicáveis às suas operações, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Em 2021, as práticas contábeis não sofreram mudanças significativas.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer dos auditores sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 contém 1 parágrafo de ênfase.

Receita de incorporação imobiliária

Conforme descrito na Nota 2, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela entidade, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP n.º 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Transações com partes relacionadas

Chamamos atenção para a Nota 14 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia e suas controladas mantém saldos e realiza transações com sua controladora e outras partes relacionadas em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira e aos resultados de suas operações. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

10.5. Políticas contábeis críticas

Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

Transações com participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual a Companhia possui controle compartilhado, onde a Companhia tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

Transações eliminadas na consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os seguintes principais critérios: (i) eliminação dos saldos entre as empresas objeto da consolidação; (ii) eliminação dos investimentos entre as empresas consolidadas contra o respectivo patrimônio

líquido da empresa investida;

(iii) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas;

(iv) eliminação do lucro nos estoques, quando aplicável, oriundo de vendas entre as empresas consolidadas; e,

(v) cálculo de participação de acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado consolidado, quando relevante.

Diferenças de políticas contábeis entre as controladas e a Controladora, quando aplicável, são ajustadas às políticas contábeis da Controladora, para fins de consolidação.

Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

A Companhia e suas controladas utilizam contratos de Swap para proteger determinados contratos de empréstimos da exposição cambial. Os contratos são reconhecidos como ativos financeiros ou passivos financeiros (a depender da marcação a mercado) mensurados ao valor justo por meio do resultado. Não há alterações no reconhecimento e mensuração com a vigência da nova norma.

Modelo de impairment de recebíveis para perdas esperadas e incorridas

Com base em dados históricos, a Companhia monitora a provisão para perda esperada de crédito para todos os contratos de venda de unidades imobiliárias e constituiu provisão com base no índice esperado de perdas em suas vendas. Esta abordagem está em linha com o expediente prático previsto pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

Quando os referidos contratos que não apresentam a garantia real dos imóveis vendidos e os clientes com posse se tornam inadimplentes em linha com a metodologia da classificação de risco e análise individual por contrato, a Companhia constitui a provisão da totalidade dos saldos em aberto.

No entanto, as atividades de cobrança para recuperação destes valores continuam sendo realizadas continuamente com ativos de cobrança e inclusão do cliente e avalista, conforme o caso, em órgãos de proteção ao crédito.

A Companhia revisa periodicamente suas premissas para constituição da provisão para risco de crédito, face à revisão dos históricos de suas operações correntes e melhoria de suas estimativas.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável.

Imóveis a comercializar

Representados por unidades construídas ou em construção ainda não comercializadas, bem como por terrenos para futuras incorporações.

Esses estoques estão demonstrados ao custo, adicionados pelos custos incorridos com a evolução da obra e despesas estimadas para efetuar a venda. O valor líquido de realização, que é representado pelo preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda, é superior ao seu valor contábil.

A Companhia periodicamente avalia a recuperabilidade de seus estoques, incluindo aqueles que são retornados após distratos com clientes, e não tem identificado mudanças relevantes no seu valor realizável que pudessem apresentar impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

Despesas a repassar a SPEs (controladas e operações em conjunto)

Representadas por gastos com empreendimentos em fase de pré-lançamento, os quais são repassados para as SPEs quando da constituição destas, sendo apropriados ao custo dos imóveis comercializados, adotando-se os mesmos procedimentos descritos no item 3.11 a seguir.

Despesas comerciais a apropriar

Incluem os gastos com comissões diretamente relacionados aos empreendimentos imobiliários, sendo apropriados ao resultado observando-se o critério de apropriação da receita, descrito no item 3.11 a seguir, exceto as comissões sobre vendas canceladas, que são lançadas ao resultado no caso de cancelamento ou quando for provável que não haverá pagamento dos valores contratados.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Taxa anual de depreciação - %

Stand de vendas	30
Máquinas e ferramentas	10
Computadores e periféricos	20
Móveis e utensílios	10
Prédios	4
Instalações	10
Benfeitorias em imóvel de terceiros	20

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente e substancialmente formados por direitos de uso de software, são registrados ao custo, deduzido da amortização. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com

confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

A Companhia possui processos judiciais e administrativos em andamento de natureza trabalhista e cível. A política para constituição de provisão adotada pela Companhia tem relação com a fase processual das ações judiciais efetivamente ajuizadas pelos autores, de forma que a partir do conhecimento da sentença judicial, altera-se a probabilidade de perda de "possível" para "provável", ocasião em que o valor atribuído à condenação é provisionado. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia constituiu provisão em montante suficiente para fazer face aos processos e às disputas que, no entender da Administração e dos seus assessores legais, podem ter desfechos desfavoráveis.

A provisão para garantia constituída aplicando-se o percentual entre 1% e 2% sobre o custo incorrido das unidades vendidas. Esse percentual foi determinado pela Administração com base nas perdas históricas que a Companhia possui no reparo dos imóveis vendidos. A provisão para garantia é constituída com o objetivo de viabilizar correções de defeitos estruturais (até cinco anos) e de materiais e defeitos aparentes (até dois anos).

Reconhecimento de receita

A Companhia e suas controladas reconhecem suas receitas conforme o entendimento da manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP n.º 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15).

- Nas vendas de unidades não concluídas, o resultado é apropriado com base nos seguintes critérios:

(i) As receitas de vendas, os custos de terrenos e de construção inerentes às respectivas incorporações são apropriados ao resultado à medida que a construção avança, ao longo do tempo, conforme o cumprimento da obrigação de performance. Desta forma, é adotado o método chamado de “POC”, “percentual de execução ou percentual de conclusão” de cada empreendimento, ou seja, o reconhecimento das receitas e dos custos ocorre à medida que a construção avança. O percentual de avanço físico do empreendimento é obtido utilizando a proporção do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos sobre as vendas contratadas.

(ii) As receitas de vendas apuradas, conforme o item (i), incluindo a atualização monetária, líquidas das parcelas já recebidas, são contabilizadas como contas a receber, ou como adiantamentos de clientes, em função da relação entre as receitas contabilizadas e os valores recebidos.

- Nas vendas a prazo de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual.

- As atualizações e os ajustes a valor presente são apropriados ao resultado, na rubrica de receita de empreendimentos vendidos, no período pré-chaves, e atualizações na rubrica de receitas financeiras, no período pós-chaves, observando o regime de competência, independentemente de seu recebimento.

As receitas e as despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime de competência.

Para os casos em que os clientes não obtêm sucesso na contratação de crédito com instituição financeira ou perda da capacidade financeira, a Companhia analisa a viabilidade do crédito direto com o cliente e para os casos em que não há viabilidade de crédito direto com o cliente, ocorre o distrato da venda e o tratamento contábil adotado pela Companhia é o estorno do saldo devedor do cliente deduzindo as receitas registradas na demonstração do resultado do período na rubrica “Receita líquida dos empreendimentos vendidos” e em contrapartida é estornado também o custo desta unidade na rubrica “Custo dos empreendimentos vendidos” contra o estoque da Companhia.

Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo (se relevantes) e longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitas a: (i) juros prefixados; (ii) juros notoriamente abaixo do mercado para transações semelhantes; e (iii) reajustes somente por inflação, sem juros, ajustados a seu valor presente com base na taxa média de captação da Companhia deduzida do IPCA, sendo suas reversões reconhecidas no resultado do exercício na rubrica “receita de incorporação imobiliária” no período pré-chaves. Em 31 de dezembro de 2021, a taxa utilizada pela Companhia para ajustar esses ativos e passivos a valor presente é de 5,34%

a.a. (5,35% a.a. em 2020) que correspondem a sua taxa média de captação.

Ajuste a valor presente calculado na carteira da Rodobens Urbanismo, em atendimento ao Pronunciamento Técnico Contábil – CPC 12, é utilizado para fins de descapitalização à taxa divulgada pela NTN-B de 10 anos (Nota do Tesouro Nacional – Série B), considerada a taxa que melhor reflete o prazo médio da carteira.

Tributação

Impostos correntes

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

As provisões de imposto de renda e contribuição social sobre lucro fiscal são calculadas pelo regime de tributação Lucro Real Anual, à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre a parcela excedente a R\$ 240 ao ano para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social.

Determinadas sociedades efetuam apuração com base no regime de lucro real e outras com base no regime do lucro presumido. Qualificam-se para o regime de lucro presumido as sociedades cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R\$ 78.000.

No regime do lucro real, as alíquotas do imposto de renda e da contribuição social são aplicadas sobre o resultado do período ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. No regime de lucro presumido, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas de vendas de imóveis e de 32% sobre as receitas de prestação de serviços para ambos os tributos.

Quanto ao regime especial de tributação (RET) em 19 de julho de 2013 foi publicada a Lei nº 12.844, que deu nova redação aos artigos 4º e 8º da Lei nº 10.931/04, instituindo que, para cada incorporação imobiliária submetida ao Regime Especial de Tributação – RET, a incorporadora ficará sujeita ao pagamento equivalente a 4% da receita mensal recebida, o qual corresponderá ao pagamento mensal unificado do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, do Programa de Integração Social/Programa de Formação ao Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Impostos com recolhimento diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos passivos são registrados no passivo não circulante e o PIS e a COFINS diferidos passivos são reconhecidos no circulante e não circulante conforme projeção de realização da receita, os quais são decorrentes da diferença entre o reconhecimento pelo critério societário, descrito no item 3.11 anterior, e o critério fiscal em que a receita é tributada no momento do recebimento.

Resultado por ação básico e diluído

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

10.6. Os Diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

A Companhia não mantém qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas com as suas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos seus resultados ou em sua condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas em suas demonstrações financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

10.7. Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável.

10.8. Indicação e comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; ii) fontes de financiamento dos investimentos; iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Os investimentos da Companhia se concentraram na aquisição de terrenos para realização dos seus empreendimentos, e estão registrados na rubrica imóveis a comercializar, circulante e não circulante.

A Companhia conta com os recursos provenientes de captações já mencionadas de dívidas corporativas e linhas decorrentes do SFH (Sistema Financeiro da Habitação) e SFI (Sistema Financeiro Imobiliário).

b) desde que já divulgada, aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Não há

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável

10.9 Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima

RNI NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 67.010.660/0001-24

NIRE 35.300.335.210

ANEXO II - PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

(Anexo 9-1-II da ICVM 481.09)

1. Informar o lucro líquido do exercício

O Lucro Líquido da Companhia em 31.12.2021 foi de R\$ 8.465.812,40.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O Valor total proposto para ser distribuído a título de dividendos é R\$ 2.412.756,53 e o valor por ação é R\$ 0,057170192. Não houve pagamento antecipado de dividendos ou mesmo pagamento de juros sobre o capital próprio pela Companhia durante o exercício de 2021.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

A administração propõe a distribuição de 30% do lucro líquido ajustado do exercício, ou seja, o lucro líquido após a destinação de reserva legal.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável, vez que a Companhia não distribuiu ou distribuirá lucros com base em exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

O valor bruto a ser distribuído a título de dividendos é R\$ 2.412.756,53, o valor por ação ordinária é R\$ 0,057170192. Não se aplica a juros sobre capital próprio.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

A proposta da Administração é o pagamento integral dos dividendos obrigatórios no dia 24 de junho de 2022, à vista.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A data para a identificação dos acionistas que terão direito ao recebimento do dividendo será a data da Assembleia Geral Ordinária, 26 de abril de 2022.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de	
	2021 ⁽¹⁾	2020
Lucro líquido por ação ordinária	0,200597165	0,035035770
Dividendos distribuídos por ação ordinária	0,057170192	0,009985195
Juros sobre capital próprio por ação	-	-

(1) Proposta da Administração ainda a ser deliberada pela Assembleia Geral Ordinária

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Nos termos da Lei nº 6.404/76, a administração propõe a destinação de R\$ 423.290,62 à Reserva Legal.

b. detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Do lucro líquido de R\$ 8.465.812,40, 5% foram destinados a reserva legal, ou seja, R\$ 423.290,62.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

De acordo com o Artigo 34, “d” do Estatuto Social da Companhia, a parcela correspondente a, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no Artigo 202 II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendo obrigatório.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo obrigatório será pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não está sendo retido nenhum montante do dividendo mínimo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável

b. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável

c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Foi proposto pela Administração a retenção do montante de R\$ 5.629.765,25 do lucro líquido do exercício de 2021 (excluindo reserva legal e dividendo mínimo obrigatório).

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Exercício Social de 2022	
Em R\$ Mil	Orçado
Retenção de Lucros (art 196)	5.629
Contas a receber e incremento da Dívida Bruta	496.334
Receita Operacional líquida	501.963
Amortização de dívidas, pagamento de dividendos e estimativa de custo de obra a incorrer	501.963
Receita Operacional líquida	501.963

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável

RNI NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 67.010.660/0001-24

NIRE 35.300.335.210

ANEXO III - PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(Conforme art. 12 da ICVM 481/09 e item 13 do Formulário de Referência)

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Companhia não possui de política formal, a remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal é estabelecida em Assembleia Geral Ordinária.

Nossa política de remuneração para nossos diretores estatutários e membros do Conselho de Administração tem o objetivo de atração e retenção dos melhores talentos para atuação como administradores.

A remuneração de administradores é determinada de acordo com as funções e responsabilidades de cada um em relação a outros executivos da Companhia e de acordo com pesquisas de mercado e a indústria de construção imobiliária, bem como o desempenho individual e coletivo da equipe de gestão executiva para atingir o objetivo da Companhia de aumentar o valor das ações detidas pelos acionistas.

A Companhia enfatiza a valorização das ações detidas pelos acionistas no longo prazo como a principal medida de sucesso.

Os membros da nossa Diretoria fazem jus a uma remuneração fixa e a uma remuneração variável. A estratégia de remuneração fixa e variável é aprovada pelo Conselho de Administração.

Os membros independentes do Conselho de Administração fazem jus apenas à remuneração fixa mensal, independentemente do número de convocações.

Os membros efetivos do Conselho Fiscal fazem jus apenas à remuneração fixa, estabelecida dentro dos limites previstos na legislação aplicável.

Adicionalmente, os membros do comitê de auditoria fazem jus à remuneração fixa mensal.

b) composição da remuneração indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

SALÁRIO BASE

Os salários base dos administradores da Companhia são revisados anualmente de forma que reflitam a contribuição relativa de cada executivo da equipe.

BENEFÍCIOS

A Companhia concede a sua Diretoria plano de assistência médica (inclusive aos seus dependentes). A despesa da Companhia com os planos de assistência médica da Diretoria é composta por um valor fixo e um valor variável de coparticipação do executivo conforme sua utilização.

A Diretoria recebe da Companhia por dia útil um ticket refeição no valor R\$ 50,00 (cinquenta reais) e mensalmente recebe um ticket alimentação no valor R\$ 500,00 (quinhentos reais) ambos os valores são custeados 100% (cem por cento) pela Companhia.

A Diretoria conta com um seguro de vida fornecido pela empresa com valor de regaste em até 30 vezes o valor do seu pró-labore, limitado a um teto de R\$ 1.000.000,00.

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

A Companhia oferece aos seus diretores um plano de participação nos lucros e resultados atrelados ao cumprimento de metas orçamentárias e metas operacionais, tendo este alvo em múltiplos de salário de acordo com o nível.

(ii) em relação aos últimos 3 exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Este subitem não se aplica aos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria tendo em vista que o único elemento de suas respectivas remunerações é uma remuneração fixa.

Já no caso da Diretoria, para os últimos 3 exercícios sociais, a remuneração fixa correspondeu a aproximadamente 61,36% da remuneração total, enquanto que a remuneração variável correspondeu aproximadamente aos demais 38,64%. Esses percentuais podem variar em função de mudanças nos resultados obtidos pela Companhia no período, dado ao componente de compartilhamento de riscos e resultados existente na remuneração variável.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores de remuneração pagos pela Companhia aos administradores são comparados periodicamente com o mercado através de pesquisas realizadas por consultorias externas especializadas, visando avaliar sua competitividade e efetuar eventuais ajustes.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

As razões para composição da remuneração são o incentivo na melhoria da nossa gestão e a permanência dos nossos executivos, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e o desempenho de curto prazo.

(v) a existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Todos os membros da Diretoria da Companhia são aptos ao recebimento de remuneração fixa e variável. A remuneração variável está atrelada ao cumprimento de metas orçamentárias e operacionais.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Mantemos uma política de remuneração baseada em metas empresariais qualitativas e quantitativas. Dessa forma, buscamos alinhar a ação de nossos colaboradores aos nossos interesses e aos interesses dos acionistas. Entre as metas quantitativas, destacamos o acompanhamento do nosso resultado global pactuado mensurado pela Dívida Corporativa Máxima, Margem Bruta e Lucro Líquido Exercício. No plano qualitativo, mensuramos por meio de avaliações periódicas o desempenho individual e, para os níveis gerenciais, liderança e formação de equipe.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A parcela variável da remuneração dos nossos administradores está vinculada ao desempenho da Companhia no período em questão. Sendo assim, os valores a serem pagos a nossos administradores a título de participação nos resultados da Companhia, dependem da evolução da Companhia e do alcance de metas individuais dos nossos administradores.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração acima descrita procura incentivar os colaboradores a buscar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Companhia, de tal maneira a alinhar os interesses destes com os da Companhia. Em uma perspectiva de curto prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de salários e pacote de benefícios compatíveis com o mercado. Em médio e longo prazo, visamos obter tal alinhamento por meio do pagamento de participação nos resultados da Companhia aos colaboradores.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica. Não há remuneração suportada aos administradores da Companhia por qualquer empresa subsidiária, controlada ou controladores direta ou indireta ainda que alguns administradores ocupem cargos em outras empresas do grupo, cuja remuneração específica a estas funções é paga pelas respectivas empresas.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação de controle societário do emissor

Não se aplica.

h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

- i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria, é analisada e estabelecida através da AGO.

- ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

não se aplica.

- iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

não se aplica.

13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Em 2021 a remuneração global dos nossos administradores, sujeita à aprovação de nossos acionistas em Assembleia Geral, está estimada em R\$3.246.845,00 já incluídos benefícios de qualquer natureza e verbas de remuneração.

O número de membros de cada órgão apresentado nas tabelas a seguir corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal¹	Total
Nº total de membros	7	2	6	15
Nº de membros remunerados	5	2	3	10
Remuneração Fixa Anual (em R\$)	525.812	1.755.000	71.736	2.352.548
Salário ou Pró-labore	525.812	1.556.000	71.736	2.153.548
Benefícios diretos e indiretos	-	199.000	-	199.000
Participação em Comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável	-	1.861.000	-	1.861.000
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	1.861.000	-	1.861.000
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	-	-	-	-
Benefício pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	43.818	124.275	5.978	159.796
Observação	O número de membros indicado acima, corresponde à média anual de membros de cada órgão apurado mensalmente para cada exercício social			

Total da Remuneração	525.812	3.616.000	71.736	4.213.548
Despesas Previdenciárias	105.162	599.407	14.347	718.916
Total Remuneração e Despesas Previdenciárias	630.974	4.215.407	86.083	4.932.464

2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal²	Total
Nº total de membros	7	2	6	15
Nº de membros remunerados	5	2	3	10
Remuneração Fixa Anual (em R\$)	525.812	1.521.483	71.736	2.119.031
Salário ou Pró-labore	525.812	1.355.100	71.736	1.952.648
Benefícios diretos e indiretos	-	166.383	-	166.383
Participação em Comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável	-	443.427	-	443.427
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	443.427	-	443.427
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	-	-	-	-
Benefício pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	43.818	126.790	5.978	176.586
Observação	O número de membros indicado acima, corresponde à média anual de membros de cada órgão apurado mensalmente para cada exercício social			
Total da Remuneração	525.812	1.964.910	71.736	2.562.458
Despesas Previdenciárias	105.162	548.912	14.347	668.421

Total Remuneração e Despesas Previdenciárias	630.974	2.513.822	86.083	3.230.879
---	----------------	------------------	---------------	------------------

2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal³	Total
Nº total de membros	7	2,25	6	15,25
Nº de membros remunerados	5	2,25	3	10,25
Remuneração Fixa Anual (em R\$)	525.812	1.586.789	71.736	2.204.897
Salário ou Pró-labore	525.812	1.429.725	71.736	2.047.833,00
Benefícios diretos e indiretos	-	157,064	-	157.064
Participação em Comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável	-	1.938.416	-	1.938.416
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	1.938.416	-	1.938.416
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	-	-	-	-
Benefício pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	43.818	293.767	5.978	345.276
Observação	O número de membros indicado acima, corresponde à média anual de membros de cada órgão apurado mensalmente para cada exercício social			
Total da Remuneração	525.812	3.525.205	71.736	4.122.753
Despesas Previdenciárias	105.162	853.520	14.347	973.029
Total Remuneração e Despesas Previdenciárias	630.974	4.378.725	86.083	5.095.782

2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal⁴	Total
Nº total de membros	7	3	6	16
Nº de membros remunerados	5	3	3	11
Remuneração Fixa Anual (em R\$)	525.812	1.857.116	71.736	2.454.664
Salário ou Pró-labore	525.812	1,649.530	71.736	2.247.078
Benefícios diretos e indiretos	-	207.586	-	207.586
Participação em Comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável	-	744.578	-	744.578
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	744.578	-	744.578
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	-	-	-	-
Benefício pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	43.818	216.808	5.978	266.604
Observação	O número de membros indicado acima, corresponde à média anual de membros de cada órgão apurado mensalmente para cada exercício social			
Total da Remuneração	525.812	2.601.694	71.736	3.199.242
Despesas Previdenciárias	105.162	494.684	14.347	614.193
Total Remuneração e Despesas Previdenciárias	630.974	3.096.378	86.083	3.813.435

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal⁵	Total
Nº total de membros	7	2	6	15
Nº de membros remunerados	5	2	3	10
Bônus	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-		-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Participação no resultado	-	1.861.000	-	1.861.000
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.861.000	-	1.861.000
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	0	-	0

2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal⁶	Total
Nº total de membros	7	2	6	15
Nº de membros remunerados	5	2	3	10
Bônus	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00

Valor máximo previsto no plano de remuneração	-		-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Participação no resultado	-	443.427	-	443.427
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	443.427	-	443.427
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	0	-	0

2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal⁷	Total
Nº total de membros	7	2,25	6	15,25
Nº de membros remunerados	5	2,25	3	10,25
Bônus	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-		-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Participação no resultado	-	1.938.416	-	1.938.416
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.938.416	-	1.938.416
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	0	-	0

2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal⁸	Total
Nº total de membros	7	3	6	16
Nº de membros remunerados	5	3	3	11
Bônus	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-		-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Participação no resultado	-	744.578	-	744.578
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	744.578	-	744.578
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	0	-	0

**O número de membros indicado acima, corresponde à média anual de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme orientação do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2017.*

Conforme mencionado no item 13.1, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não fazem jus a remuneração variável.

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a) Termos e condições gerais

Não se aplica.

b) Principais objetivos do plano

Não se aplica.

c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

Não se aplica.

d) Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

Não se aplica.

e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

Não se aplica.

f) Número máximo de ações abrangidas

Não se aplica.

g) Número máximo de opções a serem outorgadas

Não se aplica.

h) Condições de aquisição de ações

Não se aplica.

i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não se aplica.

j) Critérios para fixação do prazo de exercício

Não se aplica.

k) Forma de liquidação

Não se aplica.

l) Restrições à transferência das ações

Não se aplica.

m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não se aplica.

n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não se aplica.

13.5 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária: (a) órgão; (b) número de membros; (c) em relação a cada outorga de

opções de compra de ações: (i) a data de outorga; (ii) quantidade de opções outorgadas; (iii) prazo para que as opções se tornem exercíveis; (iv) prazo máximo para exercício das opções; (v) prazo de restrição à transferência das ações; (vi) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: (I) em aberto no início do exercício social; (II) perdidas durante o exercício social; (III) exercidas durante o exercício social; (IV) expiradas durante o exercício social; (d) valor justo das opções na data de outorga; (e) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas.

Não houve remuneração baseada em ações prevista para o exercício social de 2021.

Não houve remuneração baseada em ações prevista para o exercício social de 2020.

Não houve remuneração baseada em ações prevista para o exercício social de 2019.

Não houve remuneração baseada em ações prevista para o exercício social de 2018, além daquela aprovada no Plano 2014.

Não houve remuneração baseada em ações prevista para o exercício social de 2017.

Não houve remuneração baseada em ações prevista para o exercício social de 2016.

Remuneração baseada em ações – Exercício social encerrado em 31.12.2014

13.6 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social: (a) órgão; (b) número de membros; (c) número de membros remunerados; (d) em relação às opções ainda não exercíveis; (i) quantidade; (ii) data que se tornarão exercíveis; (iii) prazo máximo para exercício das opções; (iv) prazo de restrição à transferência das ações; (v) preço médio ponderado de exercício; (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social; (e) em relação às opções exercíveis; (i) quantidade; (ii) prazo máximo para exercício das opções; (iii) prazo de restrição à transferência das ações; (iv) preço médio ponderado de exercício; (v) valor justo das opções no último dia do exercício social; (vi) valor justo do total das opções no último dia do exercício social.

Não existem opções em aberto.

13.7 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais: (a) órgão; (b) número de membros; (c) em relação as opções exercidas: (i) número de ações; (ii) preço médio ponderado de exercício; e (iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas; (d) em relação às ações entregues informar: (i) número de ações; (ii) preço médio ponderado de aquisição; e (iii) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas.

2021	Conselho de Administração	Diretoria
b) Número de membros	N/A	N/A
c) Número de membros remunerados	N/A	N/A
d) Em relação às opções exercidas informar:		
(i) número de ações	N/A	N/A
(ii) preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
(iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
e) em relação às ações entregues informar:	N/A	N/A
(i) número de ações	N/A	N/A
(ii) preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
(iii) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

2020	Conselho de Administração	Diretoria
b) Número de membros	N/A	N/A
c) Número de membros remunerados	N/A	N/A
d) Em relação às opções exercidas informar:		
(i) número de ações	N/A	N/A
(ii) preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
(iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
e) em relação às ações entregues informar:	N/A	N/A
(i) número de ações	N/A	N/A
(ii) preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
(iii) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

2019	Conselho de Administração	Diretoria
b) Número de membros	N/A	N/A
c) Número de membros remunerados	N/A	N/A
d) Em relação às opções exercidas informar:		
(i) número de ações	N/A	N/A
(ii) preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
(iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
e) em relação às ações entregues informar:	N/A	N/A
(i) número de ações	N/A	N/A
(ii) preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
(iii) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

13.8 Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções), indicando: (a) modelo de precificação; (b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; (c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado; (d) forma de determinação da volatilidade esperada; (e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

Não existem opções em aberto

13.9 Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal agrupados por órgão:

A tabela abaixo indica o número de ações detidas diretamente na Companhia por órgão da administração em 31/12/2021:

Grupo (Órgão)	# Ações	% Capital Social
Membros do Conselho de Administração que integram o Acordo de Acionistas	8.939.762	20,42%
Conselho de Administração	252.141	0,57%
Diretoria	8.200	0,02%
Conselho Fiscal	400	0,00%
Total	9.203.103	21,02%

A tabela abaixo indica o número de ações detidas na RODOBENS CORPORATIVA S.A. por órgão da administração em 31/12/2021:

Grupo (Órgão)	Ações	%
Membros do Conselho de Administração que integram o Acordo de Acionistas	434.895.257	44,75 %
Conselho de Administração	0	0,00%
Diretoria	0	0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%
Total	434.895.257	44,75 %

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	0	0	0
Nº de membros remunerados	0	0	0
Nome do Plano	N.A.	N.A.	N.A.
Quantidade de administradores que reúnem as condições de se aposentar	N.A	0	
Condições para se aposentar antecipadamente	N.A	N.A	N.A
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N.A	N.A.*N.A.	N.A.
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N.A	N.A.	N.A.
Possibilidade de resgate antecipado e condições	N.A	N.A.	N.A.

13.11 Indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária⁹ e ao conselho fiscal:

Diretoria Estatutária

Ano	Número de Membros	Número de Membros Remunerados	Valor da Maior Remuneração Individual (R\$)	Valor da Menor Remuneração Individual (R\$)	Valor Médio de Remuneração Individual (R\$)
2021	2	2	71.933	54.858	126.790
2020	2	2	70.798	46.390	293.767
2019	3	3	65.000	42.472	216.808

*O NÚMERO DE MEMBROS INDICADO ACIMA, CORRESPONDE À MÉDIA ANUAL DE MEMBROS DE CADA ÓRGÃO APURADO MENSALMENTE, CONFORME ORIENTAÇÃO DO OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020.

Conselho de Administração:

Ano	Número de Membros	Número de Membros Remunerados	Valor da Maior Remuneração Individual (R\$)	Valor da Menor Remuneração Individual (R\$)	Valor Médio de Remuneração Individual (R\$)*
2021	7	5	50.933	20.115	43.818
2020	7	5	50.933	20.115	43.818
2019	7	5	50.933	20.115	43.818

*O NÚMERO DE MEMBROS INDICADO ACIMA, CORRESPONDE À MÉDIA ANUAL DE MEMBROS DE CADA ÓRGÃO APURADO MENSALMENTE, CONFORME ORIENTAÇÃO DO OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020.

Conselho Fiscal:

Ano	Número de Membros	Número de Membros Remunerados	Valor da Maior Remuneração Individual (R\$)	Valor da Menor Remuneração Individual (R\$)	Valor Médio de Remuneração Individual (R\$)*
2021	6	3	5.978	5.978	5.978
2020	6	3	5.978	5.978	5.978
2019	6	3	5.978	5.978	5.978

*O NÚMERO DE MEMBROS INDICADO ACIMA, CORRESPONDE À MÉDIA ANUAL DE MEMBROS DE CADA ÓRGÃO APURADO MENSALMENTE, CONFORME ORIENTAÇÃO DO OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020.

⁹ Para averiguação dos valores a serem inseridos neste item, utilizar os critérios estabelecidos no item 13.2.

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia):

Não se aplica.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Não se aplica. As partes relacionadas ao controlador não recebem remuneração.

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não se aplica.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não se aplica.

13.16 Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes:

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido informadas neste item.

RNI NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A.*Companhia Aberta*

CNPJ nº 67.010.660/0001-24

NIRE 35.300.335.210**ANEXO IV - INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS DO CONSELHO FISCAL**

(Conforme itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência)

12.5 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal e conselho de administração da CompanhiaCONSELHO FISCAL

NOME:	ROBERTO LOPES DE SOUZA JUNIOR
Data de Nascimento	20/06/1973
Profissão:	Contador
CPF ou número de passaporte	121.770.488-42
Cargo eletivo ocupado:	Efetivo
Data da eleição:	26.04.2022
Data da posse:	26.04.2022
Prazo do mandato:	Até AGO de 2023
Outros cargos ou funções exercidas na Companhia	Não
Eleito pelo controlador:	Sim
Membro independente e respectivo critério utilizado para determinar independência	Não aplicável
Nº de mandatos consecutivos	16
principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: (i) nome e setor de atividade da empresa; (ii) cargo; (iii) se a empresa integra o grupo econômico da Companhia; (iv) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia	Sócio e administrador das empresas do ramo contábil Lopes de Souza Contadores Associados SS Ltda e L&V Contabilidade Ltda, onde atua como diretor de todos os departamentos (fiscal, contábil, RH, Logística Documental, Rural); sócio administrador da sociedade Planrio Administração e Empreendimento Ltda, empresa de administração de bens, onde atua como diretor da empresa voltada a administração de bens; sócio administrador da empresa LVX Participações Ltda

	As empresas em que o membro do Conselho Fiscal atua e atuou não integram o grupo econômico da Companhia e não detêm participação no capital social da Companhia.
indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Sócio e administrador das empresas Lopes de Souza Contadores Associados SS Ltda, L&V Contabilidade Ltda. e Planrio Administração e Empreendimento Ltda.
descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não houve ocorrência de nenhum dos eventos mencionados. O membro do Conselho Fiscal indicado declarou que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

NOME:	RONALDO ANGELO PESSETTI
Data de Nascimento:	05/10/1968
Profissão:	Administrador de empresas
CPF ou número de passaporte	102.895.638-01
Cargo eletivo ocupado:	Suplente
Data da eleição:	26.04.2022
Data da posse:	26.04.2022
Prazo do mandato:	Até AGO de 2023
Outros cargos ou funções exercidas na Companhia	Não
Eleito pelo controlador:	Sim
Membro independente e respectivo critério utilizado para determinar independência	Não aplicável
Nº de mandatos consecutivos	7
principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: (i) nome e setor de	Experiência de mais de 21 anos nas áreas de Auditoria e Controladoria, ocupando atualmente o

atividade da empresa; (ii) cargo; (iii) se a empresa integra o grupo econômico da Companhia; (iv) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário Companhia	cargo de Coordenador de Controladoria da Rodobens S.A (antiga GV Holding S/A), com foco em análise de resultados. Possui formação técnica em contabilidade, graduado em Administração de Empresas e MBA Executivo em Finanças Corporativa pelo UNIRP-Centro Universitário de Rio Preto. A Rodobens S.A (antiga GV Holding S/A) integra o grupo econômico da Companhia, na qual faz parte também a controladora da Companhia, Rodobens Corporativa S.A, a qual em conjunto com o Sr. Waldemar Verdi Junior, detém aproximadamente 46,4% do capital social da Companhia.
indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não aplicável.
descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não houve ocorrência de nenhum dos eventos mencionados. O membro do Conselho Fiscal indicado declarou que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

NOME:	MARCO ANTÔNIO BACCHI DA SILVA
Data de Nascimento:	08/12/1966
Profissão:	Contabilista
CPF ou número de passaporte	085.360.648-03
Cargo eletivo ocupado:	Efetivo
Data da eleição:	26.04.2022
Data da posse:	26.04.2022

Prazo do mandato:	Até AGO de 2023
Outros cargos ou funções exercidas na Companhia	Não
Eleito pelo controlador:	Sim
Membro independente e respectivo critério utilizado para determinar independência	Não aplicável
Nº de mandatos consecutivos	8
principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: (i) nome e setor de atividade da empresa; (ii) cargo; (iii) se a empresa integra o grupo econômico da Companhia; (iv) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia	Atualmente atua como consultor independente nas áreas contábil e tributária. Ocupou o cargo de Gerente Geral de Controladoria na Rodobens Serviços Compartilhados, desde 02 de janeiro de 2012 até 09 de janeiro de 2020, e anteriormente ocupava o cargo de Gerente Corporativo de Contabilidade e Tributos (última denominação da anterior Gerente de Contabilidade Geral) na empresa Rodobens Corporativa S/A, de junho de 2000 à dezembro de 2011. Profissional que tem sua carreira voltada à área contábil e tributária, tendo iniciado nas empresas do Grupo Rodobens em outubro de 1990 no departamento de Coordenadoria Contábil e em junho de 2000 assumiu as responsabilidades da auditoria contábil e tributária (na área federal) das empresas, sendo que no início de 2007 também passou a ser responsável pela auditoria fiscal na área de ICMS e ISS; ainda presta trabalhos de consultoria e assessoria contábil nas empresas e à diretoria corporativa, responsável pela elaboração do balanço consolidado e atendimento de auditoria externa e da elaboração de planejamentos tributários e desde 2012 até janeiro/2020 foi responsável pela controladoria a qual engloba os departamentos contábil e fiscal da maioria das empresas do Grupo Rodobens. É graduado em Ciências Contábeis e também em Direito e pós-graduado em Contabilidade e Auditoria e também em Direito Tributário.

indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não aplicável.
descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não houve ocorrência de nenhum dos eventos mencionados. O membro do Conselho Fiscal indicado declarou que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

NOME:	MARCEL PINHEIRO ORLANDINI
Data de Nascimento:	15.07.1986
Profissão:	Contabilista
CPF ou número de passaporte	351.438.268-96
Cargo eletivo ocupado:	Suplente
Data da eleição:	26.04.2022
Data da posse:	26.04.2022
Prazo do mandato:	Até AGO de 2023
Outros cargos ou funções exercidas na Companhia	Não
Eleito pelo controlador:	Sim
Membro independente e respectivo critério utilizado para determinar independência	Não aplicável
Nº de mandatos consecutivos	9
principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: (i) nome e setor de atividade da empresa; (ii) cargo; (iii) se a empresa integra o grupo econômico do emissor; (iv) é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou	Ocupa o cargo de contador no Centro de Serviços Compartilhados desde 01 de março de 2020, e anteriormente ocupava o cargo de coordenador administrativo de janeiro de 2012 à fevereiro de 2020. Ainda, foi analista contábil na empresa Rodobens Corporativa S/A de janeiro de 2008 à dezembro de 2011.

superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia	A Rodobens S.A (antiga GV Holding S/A) integra o grupo econômico da Companhia, na qual faz parte também a controladora da Companhia, Rodobens Corporativa S.A, a qual em conjunto com o Sr. Waldemar Verdi Junior, detém aproximadamente 46,4% do capital social da Companhia. Profissional que tem sua carreira voltada a área contábil e tributária, tendo iniciado no Grupo Rodobens em setembro de 2005 no departamento de Assessoria Contábil e Tributária como estagiário e em janeiro de 2008 passou a atuar como Analista Contábil, executando trabalhos de auditoria interna contábil e tributária no Grupo Rodobens e Consolidação de Balanço do Grupo. De 2012 a fevereiro de 2020 atuou com planejamento tributário e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do grupo. A partir de março de 2020 vem atuando como contador, executando os trabalhos de contabilidade da Rodobens Corporativa S.A e responsável pelas demonstrações financeiras consolidadas do grupo. Além dessas atividades, a partir de março de 2021 também passou a executar trabalho de contabilidade da Rodobens S.A. e negócios voltados à Holding do Grupo Rodobens.
indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não aplicável.
descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não houve ocorrência de nenhum dos eventos mencionados. O membro do Conselho Fiscal indicado declarou que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

NOME:	GUSTAVO ADOLFO TRAUB
Data de Nascimento:	24/03/1979
Profissão:	Engenheiro Civil
CPF ou número de passaporte	026.752.379-30
Cargo eletivo ocupado:	Efetivo
Data da eleição:	26.04.2022
Data da posse:	26.04.2022
Prazo do mandato:	Até AGO de 2023
Outros cargos ou funções exercidas na Companhia	Não
Eleito pelo controlador:	Não
Membro independente e respectivo critério utilizado para determinar independência	Sim, conforme definido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
Nº de mandatos consecutivos	7
principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: (i) nome e setor de atividade da empresa; (ii) cargo; (iii) se a empresa integra o grupo econômico da Companhia; (iv) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia	Ocupa o cargo de Superintendente de Suprimentos - Trading Internacional, na Fertilizantes do Paraná Ltda., definindo e implementando as estratégias para negociação e compra de matéria prima no mercado internacional de commodities. Anteriormente, trabalhou no HSBC Bank Brasil S.A. (2007-2008), como Gerente de Planejamento e Controle – Premier & Personal Investment Business, definindo e direcionando a estratégia de vendas de produtos de investimentos para os diversos segmentos pessoa física. As empresas em que o membro do Conselho Fiscal atua e atuou não integram o grupo econômico da Companhia e não detêm participação no capital social da Companhia.
indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não aplicável.

descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não houve ocorrência de nenhum dos eventos mencionados. O membro do Conselho Fiscal indicado declarou que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.
--	---

NOME:	GUILHERME HENRIQUE TRAUB
Data de Nascimento:	09/06/1981
Profissão:	Advogado
CPF ou número de passaporte	033.643.019-13
Cargo eletivo ocupado:	Suplente
Data da eleição:	26.04.2022
Data da posse:	26.04.2022
Prazo do mandato:	Até AGO de 2023
Outros cargos ou funções exercidas na Companhia	Não
Eleito pelo controlador:	Não
Membro independente e respectivo critério utilizado para determinar independência	Sim, conforme definido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão
Nº de mandatos consecutivos	3
principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: (i) nome e setor de atividade da empresa; (ii) cargo; (iii) se a empresa integra o grupo econômico da Companhia; (iv) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia	Atualmente ocupa o cargo de Sócio da Motta, Fernandes Rocha Advogados, São Paulo, SP, Brasil, atuando na área Societária, Mercado de Capitais e de Direito Bancário). É responsável por uma equipe com três associados e três estagiários. Participou de operações envolvendo <i>private equity</i> , fusões e aquisições, mercado de capitais e procedimentos administrativos e ações judiciais envolvendo questões regulatórias de mercado de capitais (Comissão de Valores Mobiliários

	(“CVM”) e Banco Central do Brasil). As principais operações incluíram (a) empréstimos internacionais, incluindo financiamentos estruturados, (b) reestruturações societárias, (c) criação de fundos de investimento, (d) securitização, (e) ofertas de dívida, (f) operações de infraestrutura; e (g) questões envolvendo a CVM e o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Possui experiência em uma grande variedade de operações, garantidas ou não, incluindo aquelas com desafios únicos e complexos. Membro da <i>International Bar Association</i>, participando de comitês relativos a direito bancário, mercado de capitais, fusões e aquisições e fundos de investimento. Anteriormente atuou como Advogado Júnior, Pleno e Sênior na Motta, Fernandes Rocha Advogados, São Paulo, SP, Brasil Associado (Departamentos de Direito Societário, de Mercado de Capitais e de Direito Bancário) em meados de Janeiro de 2008 a abril de 2014, na área de Mercados Financeiro e de Capitais e Direito Societário, participando ativamente (i) na elaboração de (a) contratos financeiros e de garantia (cessão fiduciária, penhor, etc); (b) escritura de emissão de debêntures e contratos correlatos; e (c) atos societários em geral; (ii) na constituição de fundos de investimento, incluindo elaboração de regulamentos, prospectos e documentos correlatos, incluindo, sem limitação, Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (securitização), Fundos de Investimento em Participações (private equity) e Fundos de Investimento Imobiliário; (iii) em fusões e aquisições de empresas e reestruturações societárias (contratos de compra e venda de ações, bônus de subscrição e contratos de garantia relacionados); (iv) de assembleias gerais de acionistas e reuniões de conselho de
--	--

	administração de companhias; e (v) no desenvolvimento de atividades As empresas em que o membro do Conselho Fiscal atua e atuou não integram o grupo econômico da Companhia e não detêm participação no capital social da Companhia.
indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não aplicável
descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não houve ocorrência de nenhum dos eventos mencionados. O membro do Conselho Fiscal indicado declarou que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOME:	ANTHONY DIAS DOS SANTOS
Data de Nascimento:	27 de abril de 1979
Profissão:	Gestor
CPF ou número de passaporte	026.159.659-48
Cargo eletivo ocupado:	Membro Independente
Data da eleição:	26/04/2022
Data da posse:	26/04/2022
Prazo do mandato:	Até AGO de 2024
Outros cargos ou funções exercidas na Companhia	Não
Eleito pelo controlador:	Não

Membro independente e respectivo critério utilizado para determinar independência	Sim, conforme definido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão
Nº de mandatos consecutivos	2
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: (i) nome e setor de atividade da empresa; (ii) cargo; (iii) se a empresa integra o grupo econômico da Companhia; ou (iv) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia	Gestor de renda variável do Portugal Fundo de Investimento em Ações, sem relação com a Companhia. As empresas em que o membro do Conselho de Administração atua e/ou atuou não integra o grupo econômico da Companhia. O Portugal Fundo de Investimento em Ações detêm ações da Companhia.
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Diretor Financeiro e Comercial da Acores Participacoes Negocios Imobiliarios Ltda.
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não houve ocorrência de nenhum dos eventos mencionados. O membro do Conselho de Administração indicado declarou que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

NOME:	ALCÍDES LOPES TÁPIAS
Data de Nascimento:	16/09/1942
Profissão:	Advogado
CPF ou número de passaporte	024.054.828-00
Cargo eletivo ocupado:	Membro Indendente
Data da Eleição	26/04/2022
Data da posse:	26/04/2022
Prazo do mandato:	Até AGO de 2024
Outros cargos ou funções exercidos na Companhia	Não
Eleito pelo controlador:	Não
Membro independente e respectivo critério utilizado para determinar independência	Sim, conforme definido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão
Nº de mandatos consecutivos	8
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: (i) nome e setor de atividade da empresa; (ii) cargo; (iii) se a empresa integra o grupo econômico do emissor; ou (iv) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Administrador de Empresas, formado pela Universidade Mackenzie e Bacharel em Direito, formado pelas Faculdades Metropolitanas Unidas, foi ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior no período de setembro de 1999 a julho de 2001, possui longa carreira no Banco Bradesco onde permaneceu durante o período de 1957 até 1996, ascendendo escalões hierárquicos até ser Vice –Presidente da Diretoria Executiva e do Conselho Superior de Administração. Foi membro do Conselho de Administração da holding do Grupo Camargo Corrêa (1996 a 1999), Tubos e Conexões Tigre (1995 a 1999), Usiminas (1997 a 1999) e UBV – União Brasileira de Vidros (2003 a 2005), além de ter sido Presidente do Conselho de Administração da São Paulo Alpargatas (1996 a 1999), Membro do Conselho Curador da Fundação Antonio Prudente do Hospital do Câncer, Presidente da FEBRABAN e sócio da Interamericana Ltda. Atualmente é membro do conselho de Administração da RNI Negócios Imobiliários

	S.A.; , membro do conselho de Administração LPS Brasil – Consultoria de imóveis S.A e sócio da Aggrego Consultores. Nenhuma das empresas indicadas acima integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionistas que detenha participação superior a 5% na Companhia
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Membro do conselho de Administração da RNI Negócios Imobiliários S.A; membro do conselho de Administração LPS Brasil – Consultoria de imóveis S.A e sócio da Aggrego Consultores.
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não houve ocorrência de nenhum dos eventos mencionados. O membro do Conselho de Administração indicado declarou que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

NOME:	MAÍLSON FERREIRA DA NÓBREGA
Data de Nascimento:	14/05/1942
Profissão:	Economista
CPF ou número de passaporte	043.025.837-20
Cargo eletivo ocupado:	Membro Independente
Data da eleição:	26/04/2022
Data da posse:	26/04/2022
Prazo do mandato:	Até AGO de 2024
Outros cargos ou funções exercidos na Companhia	Não
Eleito pelo controlador:	Não
Membro independente e respectivo critério utilizado para determinar independência	Sim, conforme definido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão
Nº de mandatos consecutivos	8
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: (i) nome e setor de atividade da empresa; (ii) cargo; (iii) se a empresa integra o grupo econômico do emissor; ou (iv) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Economista, foi ministro da Fazenda no período 1988/1990. Antes, exerceu várias atividades, a saber: Consultor Técnico e Chefe da Divisão de Análise de Projetos do Banco do Brasil Coordenador de Assuntos Econômicos do Ministério da Indústria e do Comércio Secretário-Geral do Ministério da Fazenda Diretor-Executivo do European Brazilian Bank, Eurobraz, em Londres Presidiu o Conselho Monetário Nacional e o CONFAZ; Membro do Board de Governadores do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Interamericano de Desenvolvimento Chefe da delegação brasileira na negociação do acordo bilateral Brasil/Japão, no âmbito do Clube de Paris Membro do Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre um Código de Conduta para as Empresas Transnacionais;

	Realizou viagens de estudo sobre os mecanismos de financiamento à agricultura nos Estados Unidos, Canadá, Austrália, França e Japão. Membro de conselhos de administração de empresas no Brasil . Tem seis livros publicados, inclusive sua autobiografia, e vários artigos em revistas especializadas e veículos da mídia. Colunista da Revista VEJA Economista do ano de 2013, prêmio concedido pela Ordem dos Economistas do Brasil Participa do Conselho de Administração das seguintes companhias: - Grendene S.A. (a partir de outubro de 2004) - Banco Pine S.A. (a partir de março de 2007) Nenhuma das empresas indicadas acima integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionistas que detenha participação superior a 5% na Companhia
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	É sócio da Tendências Consultoria Integrada e membro do conselho de Administração das empresas citadas acima.
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não houve ocorrência de nenhum dos eventos mencionados. O membro do Conselho de Administração indicado declarou que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

NOME:	MILTON JORGE DE MIRANDA HAGE
Data de Nascimento:	21/04/1941
Profissão:	Administrador de Empresas
CPF ou número de passaporte	028.241.918-72
Cargo eletivo ocupado:	Membro do Conselho de Administração (Vice Presidente do órgão)
Data da eleição:	26/04/2022
Data da posse:	26/04/2022
Prazo do mandato:	Até AGO de 2024
Outros cargos ou funções exercidos na Companhia	Não
Eleito pelo controlador:	Sim
Membro independente e respectivo critério utilizado para determinar independência	Não aplicável
Nº de mandatos consecutivos	9
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: (i) nome e setor de atividade da empresa; (ii) cargo; (iii) se a empresa integra o grupo econômico do emissor; ou (iv) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Formação técnica em Contabilidade e Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito Rio-pretense e em Administração de Empresas pela Faculdade Rio-pretense de Administração de Empresas. Atualmente ocupa o cargo de Conselheiro da Rodobens Corporativa S.A (Grupo Empresas Rodobens), conglomerado empresarial composto de 51 empresas no Brasil e na Argentina. Foi Presidente do Banco Rodobens por cinco anos, atualmente é também Vice Presidente do Conselho de Administração do Banco Rodobens S.A, Diretor da Rodobens Corretora de Seguros Ltda e da Rodobens Corporativa Ltda. As empresas indicadas acima integram o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionistas.
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Vice Presidente do Conselho de Administração da GV Holding S.A., do Banco Rodobens S.A, Diretor Vice-Presidente da GV Holding S.A,

	Diretor da Rodobens Corretora de Seguros Ltda e da Rodobens Corporativa S.A.
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não houve ocorrência de nenhum dos eventos mencionados. O membro do Conselho de Administração indicado declarou que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

NOME:	ROBERTO OLIVEIRA DE LIMA
Data de Nascimento:	01/04/1951
Profissão:	Administrador de Empresas
CPF ou número de passaporte	860.196.518-00
Cargo eletivo ocupado:	Membro Independente
Data da eleição:	26/04/2022
Data da posse:	26/04/2022
Prazo do mandato:	Até AGO de 2024
Outros cargos ou funções exercidos na Companhia	Não
Eleito pelo controlador:	Não
Membro independente e respectivo critério utilizado para determinar independência	Sim, conforme definido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão
Nº de mandatos consecutivos	6
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: (i) nome e setor de atividade da empresa; (ii) cargo; (iii) se a empresa integra o grupo econômico do emissor; ou (iv) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	É Diretor Nao Executivo independente da Naspers Limited, com sede na Africa do Sul desde Junho de 2012 e da Prosus S/A com sede na Holanda desde setembro de 2019. Foi Diretor Presidente da Natura Cosméticos SA de 2014 a 2016, foi Diretor Presidente da Vivo Participações SA, da Vivo SA e de subsidiárias destas empresas de Julho de 2015 a Maio de 2011. Foi Presidente do Conselho de Administração do Grupo Credicard (Credicard, Redecard e Orbitall) de Maio de 1999 a Abril de 2005 e Presidente do Credicard Banco de Maio de 2002 a Abril de 2005. Ocupou posições executivas nas empresas do Grupo Accor no Brasil e na Saint Gobain SA. Foi membro do conselho de administração da Telefonica Brasil SA, do Grupo Pão de Açúcar, da BR Distribuidora, e da Edenred SRL na França. É formado em Administração Pública e pós graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas com extensão no Institut Supérieur des Affaires em Jouy en Josas na França.

	Nenhuma das empresas indicadas acima integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionistas que detenha participação superior a 5% na Companhia
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não houve ocorrência de nenhum dos eventos mencionados. O membro do Conselho de Administração indicado declarou que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome:	Waldemar Verdi Junior
Data de Nascimento:	25/10/1944
Profissão:	Empresário
CPF ou número de passaporte	056.374.498-72
Cargo eletivo ocupado:	Membro do Conselho de Administração (Presidente do órgão)
Data da eleição:	26/04/2022
Data da posse:	26/04/2022
Prazo do mandato:	Até AGO de 2024
Outros cargos ou funções exercidos na Companhia	Não
Eleito pelo controlador:	Sim
Membro independente e respectivo critério utilizado para determinar independência	Não
Nº de mandatos consecutivos	9
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: (i) nome e setor de atividade da empresa; (ii) cargo; (iii) se a empresa integra o grupo econômico do emissor; ou (iv) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Bacharel em Direito pela Sociedade Rio-pretense de Educação e Ensino, especializou-se em administração de empresas cursando: Advanced Management for Brazilian Executives – University of Southern Califórnia – USA – 1977, Séminaire de Gestion Generale pour Dirigeants Brésiliens – INSEAD (França) – 1982, Gestão Estratégica para Dirigentes Empresariais – INSEAD (França) – 2004. É atualmente Presidente do Conselho e da Diretoria do Grupo Empresas Rodobens – GV Holding S.A. (a GV Holding S/A integra o grupo econômico da Companhia e é detida pelo Sr. Waldemar Verdi Junior, o qual detém aproximadamente 12,7% do capital social da Companhia), que atua no setor de distribuição de veículos, consórcio, seguros, instituições financeiras, importação de automóveis, gás natural, construção civil; é também Presidente do Conselho de Administração do Banco Rodobens e

	Presidente do Conselho de Acionistas do Grupo Verdi - GV; Membro do Conselho Diretor da FENABRAVE – Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores e Membro do Conselho Superior Estratégico da FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e Associação Comercial de São Paulo. Ocupou o cargo de Presidente da Automotores Juan Manuel Fangio S/A – Argentina; Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia Hipotecária Unibanco – Rodobens Membro do Conselho do CIESP; Membro de Conselho de Administração da TAM – TAM Linhas Aéreas; Membro do CDES – Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Exerceu as atividades de Presidente da ASSOGENS – Associação Brasileira dos Distribuidores Mercedes-Benz; Diretor da ABRAD – Associação Brasileira das Administradoras de Consórcio dos Distribuidores de Veículos Automotores; Presidente dos Conselhos Diretor e Deliberativo da FENABRAVE – Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores. Foi eleito líder empresarial do Setor de Distribuição de Veículos pelos leitores da Gazeta Mercantil nos anos de 1999 / 2000 / 2001 / 2002.
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Presidente do Conselho e da Diretoria do Grupo Empresas Rodobens – GV Holding S.A. Presidente do Conselho de Administração do Banco Rodobens e Presidente do Conselho de Acionistas do Grupo Verdi - GV; Membro do Conselho Diretor da FENABRAVE – Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores e Membro do Conselho Superior Estratégico da FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e Associação Comercial de São Paulo; Vice-Presidente do CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – para o mandato de 2018/2021.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não houve ocorrência de nenhum dos eventos mencionados. O membro do Conselho de Administração indicado declarou que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.
--	--

NOME:	GIULIANO FINIMUNDI VERDI
Data de Nascimento:	03/07/1974
Profissão:	Empresário
CPF ou número de passaporte	148.046.788-08
Cargo eletivo ocupado:	Membro do Conselho de Administração
Data da eleição:	26/04/2022
Data da posse:	26/04/2022
Prazo do mandato:	Até AGO de 2024
Outros cargos ou funções exercidas na Companhia	Não
Eleito pelo controlador:	Sim
Membro independente e respectivo critério utilizado para determinar independência	Não aplicável
Nº de mandatos consecutivos	5
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: (i) nome e setor de atividade da empresa; (ii) cargo; (iii) se a empresa integra o grupo econômico do emissor; ou (iv) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Ocupa, desde 2014, o cargo de Diretor Internacional da Rodobens Comércio Internacional S.A. Sócio Fundador da Verhaw Locação de Equip. de Informática Ltda. Ocupou o cargo de Vice-Presidente nas empresas Rodobens Trading USA e Agropecuária Capitão Verdi Ltda. e Presidente na empresa Verdi International. Cursou (i) Equity Markets e Portfolio Theory e Corporate Finance e Valuation – <i>Baruch College, Manhattan, NY, USA</i>, (ii) Venture Capital and Private Equity e Fundamental Portfolio Management – <i>New York University College – Manhattan, NY, USA</i>, (iii) Portfolio Management Suite, <i>New York Institute of Finance – Manhattan, NY, USA</i> As empresas indicadas acima integram o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionistas.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Diretor Internacional na Rodobens Comércio Internacional S.A.
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não houve ocorrência de nenhum dos eventos mencionados. O membro do Conselho de Administração indicado declarou que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

CONSELHO FISCAL:

Nome:	Total de Reuniões realizadas pelo Conselho Fiscal, desde a posse	Percentual de participação nas reuniões do Conselho Fiscal
Marco Antonio Bacchi da Silva	5	100%
Marcel Pinheiro Orlandini	0	0%- membro suplente do Conselho Fiscal
Roberto Lopes de Souza Junior	5	100%
Ronaldo Angelo Pessetti	0	0%- membro suplente do Conselho Fiscal
Gustavo Adolfo Traub	5	100%
Guilherme Traub	0	0%- membro suplente do Conselho Fiscal

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nome:	Total de Reuniões realizadas pelo Conselho de Administração, desde a posse	Percentual de participação nas reuniões do Conselho de Administração
Alcídes Lopes Tapias	13	86,66%
Giuliano Finimundi Verdi	15	100%
Maílson Ferreira da Nóbrega	15	100%
Milton Jorge de Miranda Hage	15	100%
Roberto de Oliveira Lima	15	100%
Waldemar Verdi Junior	15	100%
Anthony Dias dos Santos	15	100%

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

As pessoas ora indicadas para compor o Conselho Fiscal e Conselho de Administração da Companhia não compõem nenhum outro comitê da Companhia.

12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários¹⁰, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

COMITE DE AUDITORIA

Nome:	Total de Reuniões realizadas pelo Comitê de Auditoria, desde a posse	Percentual de participação nas reuniões do Comitê de Auditoria
Flávio Leme Ferreira Filho	4	100%
Salim Furukawa Godoi	1	25%
Raymundo de Souza Neto	4	100%
Ricardo Pando	3	75%

COMITE DE GOVERNANÇA CORPORATIVA, RISCOS E COMPLIANCE

Nome:	Total de Reuniões realizadas pelo Comitê de Governança Corporativa, Riscos e Compliance, desde a posse	Percentual de participação nas reuniões do Comitê de Governança Corporativa, Riscos e Compliance
José Walter Ferreira Junior	4	100%
Fabiano Valse	4	100%
Henrique Freitas Montenegro Cerqueira	2	50%
Clovis Antonio Sant'Anna Filho	4	100%

¹⁰ As informações prestadas neste item devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau existentes entre:

a) administradores da Companhia

Administrador do emissor ou controlada

Giuliano Finimundi Verdi - Membro do Conselho de Administração da Companhia.

Pessoa relacionada

Waldemar Verdi Junior - Membro do Conselho de Administração da Companhia.

Tipo e Grau de Parentesco

Pai (1º grau por consanguinidade)

Administrador do emissor ou controlada

Waldemar Verdi Junior - Presidente do Conselho de Administração da Companhia

Pessoa relacionada

Giuliano Finimundi Verdi - Membro do Conselho de Administração da Companhia.

Tipo e Grau de Parentesco

Filho (1º grau por consanguinidade)

b) administradores da Companhia e administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia

Não aplicável.

c) administradores da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia

Administrador do emissor ou controlada

Giuliano Finimundi Verdi -
Membro do Conselho de Administração da Companhia.

Pessoa relacionada

Waldemar Verdi Junior
Membro do bloco de controle da Companhia

Tipo e Grau de Parentesco

Pai (1º grau por consanguinidade)

Administrador do emissor ou controlada

Waldemar Verdi Junior - Presidente do Conselho de Administração da Companhia

Pessoa relacionada

Giuliano Finimundi Verdi - Membro do bloco de controle da Companhia

Tipo e Grau de Parentesco - Filho (1º grau por consanguinidade)

d) administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Administrador do emissor ou controlada

Waldemar Verdi Junior - Presidente do Conselho de Administração da Companhia

Pessoa Relacionada

Beny Maria Verdi Haddad - Membro do Conselho de Administração da Rodobens Corporativa S.A.
Tipo e Grau de Parentesco - Irmã (2º grau por consanguinidade)

Administrador do emissor ou controlada

Waldemar Verdi Junior - Presidente do Conselho de Administração da Companhia

Pessoa Relacionada

Ena Lucia Escobar Verdi Caldeira - Membro do Conselho de Administração da Rodobens Corporativa S.A.

Tipo e Grau de Parentesco - Irmã (2º grau por consanguinidade)

Administrador do emissor ou controlada

Waldemar Verdi Junior - Presidente do Conselho de Administração da Companhia

Pessoa Relacionada

Alessandra Escobar Verdi Kleinert - Membro do Conselho de Administração da Rodobens Corporativa S.A.

Tipo e Grau de Parentesco - Irmã (2º grau por consanguinidade)

Administrador do emissor ou controlada

Giuliano Finimundi Verdi - Membro do Conselho de Administração da Companhia

Pessoa Relacionada

Waldemar Verdi Junior - Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Rodobens Corporativa S.A

Tipo e Grau de Parentesco - Pai (1º grau por consanguinidade)

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e:

a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia com exceção daquelas em que a Companhia detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social

Não se aplica

b) controlador direto ou indireto da Companhia

Não se aplica.

c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas de alguma dessas pessoas

Não se aplica.